



PLANO BÁSICO AMBIENTAL (PBA) DA NOVA SUBIDA DA SERRA – BR 040

VOLUME 2

Programas de Apoio às Obras e Liberação da Faixa de Domínio

Revisão 01/2011



COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA-RIO



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO



FUNDAÇÃO DE APOIO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA UFRRJ

Novembro
2011

FICHA TÉCNICA

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA-RIO

Pedro Antônio Jonsson

Diretor

Graciela Canton

Gerente de Gestão Ambiental

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Ricardo Motta Miranda

Reitor

Ana Maria Dantas

Vice Reitora

FAPUR

Eduardo Lima

Presidente

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Coordenação

Prof. Dr. Rodrigo Medeiros

Biólogo; Doutor em Geografia

CRBIO 24.722/02

Cadastro Técnico Federal: 2031788

Prof. Dr. André Felipe Nunes de Freitas

Biólogo; Doutor em Ecologia

CRBIO 32809/02

Cadastro Técnico Federal: 1835512

Equipe Técnica

Alex Enrich Prast

Biólogo; Doutor em Ecologia

CRBio 32.394/02-D

Cadastro Técnico Federal: 3124778

Alexandre Lopes

Biólogo; Doutor em Ecologia

CRBio 60.624/02

Cadastro Técnico Federal: 550196

Alexis Rosa Nummer

Geólogo; Doutor em Geociências
CREA/RJ 84.1.01645-4

Ana Cristina Machado de Carvalho

Economista
CORECON 6827
Cadastro Técnico Federal: 58808

Bruno Henriques Coutinho

Biólogo; Mestre em Geografia

Bruno Cunha

Engenheiro Civil
CREA-RJ 2009122520
Cadastro Técnico Federal: 4167763

Carlo Pagani

Pedagogo
Cadastro Técnico Federal: 5297989

Fátima Barreto

Jornalista
17644 Mtb-DRT-RJ

Flavia Cristina da Costa Pinto

Engenheira Química
CREA-RJ 2008107069
Cadastro Técnico Federal: 2392047

Flavio Souza Brasil Nunes

Geógrafo
CREA/RJ 2009118897
Cadastro Técnico Federal: 329002

João Crisóstomo H. Oswaldo Cruz

Geógrafo
CREA/RJ 2010108071
Cadastro Técnico Federal: 1705027

Leonardo Esteves de Freitas

Biólogo; Mestre em Geografia
CRBio 29.991/02
Cadastro Técnico Federal: 4151740

Luiz Francisco Pires Guimarães Maia

Meteorologista; Doutor em Geografia

CREA/RJ 871071127/D

Cadastro Técnico Federal: 201473

Marcia Panno

Bióloga; Especialista em Gestão da Biodiversidade

CRBio: 0726302-D

Cadastro Técnico Federal: 22030

Maria Cristina Tenório

Arqueóloga; Doutora em Arqueologia

Orlando Ricardo Graeff

Engenheiro Agrônomo

CREA-RJ 51.769-D

Cadastro Técnico Federal: 224414

Patricia Moraes

Geóloga

CREA-RJ 2002107566

Cadastro Técnico Federal: 4260981

Rafaela Dias Antonini

Bióloga; Mestre em Biologia Animal

CRBio 32.785/02

Cadastro Técnico Federal: 251189

Ricardo Valcarcel

Engenheiro Florestal; Doutor em Engenharia

CREA RJ-35184/D

Cadastro Técnico Federal: 5295973

Victor N. Urzua

Geógrafo; Mestre em Planejamento Urbano e Regional

CREA 22006127743

Cadastro Técnico Federal: 711800

Wilhelm Dorle

Oceanógrafo

Cadastro Técnico Federal: 352670

SUMÁRIO

3. PROGRAMAS DE APOIO ÀS OBRAS – LIBERAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO.....	6
3.1. PROGRAMA DE DESAPROPRIAÇÃO E REASSENTAMENTO	6
3.2. PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL (PPHC)	29
3.3. PROGRAMA DE PROSPECÇÃO E RESGATE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PRÉ-HISTÓRICO E HISTÓRICO-CULTURAL.....	46

3. PROGRAMAS DE APOIO ÀS OBRAS – LIBERAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO

Os Programas de Apoio às Obras e Liberação da Faixa de Domínio visam estabelecer as ações necessárias para que as áreas objeto de intervenção das obras de instalação do empreendimento estejam devidamente liberadas de acordo com as medidas de controle e mitigação de impactos ambientais aprovadas pelo órgão ambiental.

3.1. PROGRAMA DE DESAPROPRIAÇÃO E REASSENTAMENTO

3.1.1. Introdução

A construção da pista de subida da BR-040, mesmo sendo realizada a partir da duplicação da pista de descida, irá impor a desocupação do espaço físico onde será ampliada a via permanente, assim como, aonde ocorrerão os acessos e terrenos necessários às obras de duplicação.

Esta inevitabilidade obrigará a proceder à desapropriação de áreas, algumas edificadas e outras não. Ademais, a mudança de rotina provocada pelas obras – que durarão mais tempo do que a média, por ocorrerem em uma estrada existente, que continuará em atividade – intensificará o fluxo de pessoas no local, interferindo nas relações sociais, seja pela remoção de moradores, seja pela introdução de novos hábitos.

Mesmo sabendo que a empresa está amparada na lei, a ausência de um diálogo justo e de uma perspectiva que promova o entendimento eleva as chances de possíveis reações violentas a este processo. Desta forma, é essencial que o Programa de Desapropriações seja realizado com base no diálogo com as comunidades diretamente afetadas, que inclui aqueles que perderão total ou parcialmente suas propriedades, ou seus direitos sobre elas, ou mesmo aqueles que terão suas estratégias de sobrevivência afetadas pelo empreendimento.

Segundo o EIA, os impactos sociais negativos sobre o cotidiano das populações diretamente afetadas pela nova rodovia será reduzido, quando comparado com os impactos gerados por outras rodovias, pois o traçado não cruzará ocupações urbanas consolidadas, de forma que não haverá a fragmentação de localidades, minimizando a necessidade de grandes desapropriações e indenizações. Porém, existirão transtornos, sendo necessário garantir que as pessoas diretamente afetadas não saiam prejudicadas nesse processo.

Deste modo, o Programa de Desapropriação e Reassentamento deverá ser executado de forma a incluir as pessoas atingidas pelos impactos do empreendimento nos benefícios pretendidos pela obra, possibilitando recuperações econômicas e eventuais adaptações sociais.

Constitui-se, portanto, como público-alvo deste Programa as populações diretamente afetadas que residem ou desenvolvem atividades produtivas nas áreas a serem atingidas, conforme descrito abaixo e apresentado no mapa do anexo 1 e na tabela do anexo 2.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

O levantamento da situação de ocupação da faixa de domínio atual e das áreas a serem ocupadas pela futura faixa indicou a presença de 81 propriedades que terão que ser removidas. Estas propriedades estão divididas dentre os usos residencial, comercial e por algumas vezes de uso misto. Em muitos casos, apenas parte das benfeitorias será afetada (situação de diversas garagens e portões) e não será necessária a desapropriação total. Em outros, as próprias residências terão de ser retiradas.

A maioria das remoções está concentrada ao redor e ao longo de comunidades, com casos pontuais distribuídos ao longo do trajeto da rodovia. Na baixada, as ações serão concentradas entre os km 98 e 99 sentido RJ, onde há um grande número de barracas comerciais em situação irregular na faixa de domínio, além de ser um trecho onde será necessária a desapropriação de diversas residências que estão situadas próximas ao limite da faixa atual.

Outro trecho de grande densidade de remoções está situado entre os km 81 e 82, sentido JF, onde 10 residências que ocuparam a faixa de domínio atual serão ou estão sendo sujeitas a ações demolitórias.

Além disto, o trecho próximo ao Bairro Contorno é outro onde será necessária a remoção de 10 unidades residenciais, seja por reintegração de posse ou desapropriação.

Entre os km 87 e 91, sentido RJ, também serão feitas diversas remoções nos bairros de Duques (baixo) e Grotão, principalmente de residências, mas também de algumas barracas comerciais. Há casos de desapropriação e de remoções. Neste trecho as edificações são mais espaçadas, distribuídas ao longo da rodovia.

No Bairro cemitério (km 92 sentido RJ) são encontradas 4 edificações que terão de ser removidas, sendo 2 por desocupação da faixa de domínio e 2 por desapropriação. Os outros pontos de remoção estão distribuídos isoladamente ao longo do trecho de obras.

Das 81 propriedades levantadas, 25 (classificadas como não cadastradas na tabela em anexo e indicadas com os números 114 a 138 no mapa) não possuem quaisquer informações cadastrais, pois os proprietários dessas áreas não permitiram o acesso à terra e/ou não se dispuseram a fornecer informações. Nesses casos, o cadastramento deverá ser realizado quando as terras a serem desapropriadas forem decretadas como de uso público. Para 40 propriedades há o levantamento de informações sobre o proprietário, mas as informações sobre área construída e número de residentes estão em fase de levantamento e consolidação. Para as 24 propriedades que estão em processo de ação demolitória o cadastro de informações está completo, incluindo a área construída e o número de residentes em cada uma das propriedades que correspondem à residências.

Do total de 81 propriedades, 52 são ocupações irregulares situadas na faixa de domínio existente, e, portanto, estão sujeitas a processos com ações demolitórias. Nesta situação foram inventariadas 21 residências (duas possuem terrenos associados, uma possui uma barraca de uso comercial agregada e outra tem um depósito agregado), 17 barracas comerciais (quatro delas também possuem estufas agregadas e uma outra corresponde a duas barracas geminadas, associadas a uma estufa), 3 ocupações comerciais (um galpão, uma área de depósitos e uma borracharia), 2 terrenos sem construção e 1 Igreja. Há ainda 8 propriedades

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

situadas na faixa de domínio atual que não foram cadastradas (incluídas entre as 15 sem cadastro).

Deste total de 52 propriedades inseridas na atual faixa de domínio, para 24 já existem processos de ação demolitória em andamento, conforme indicado na tabela. Nessas propriedades serão removidas 48 pessoas.

29 propriedades estão fora da faixa de domínio, sendo 7 residências (uma associada a um galpão comercial e duas outras associadas a terrenos), quatro estabelecimentos comerciais e um terreno. Para as demais 17 propriedades ainda não há cadastro.

Como se percebe pelo mapa, as áreas de maiores impactos serão os bairros mais populosos, como Santos Antonio, Duques de Cima, Amazonas-Quitandinha e Barreiros. Em caso de significativos reassentamentos, as populações de áreas receptoras também sofrerão impactos relevantes.

Deve ser destacado que uma parcela importante dos moradores não tem a documentação definitiva, sendo em sua maioria posseiros ou detentores de recibos de compra e venda. Neste caso, o impacto é negativo e pode ter uma repercussão maior, pois as casas estão em construção o que implica em perda de investimento por parte da população de baixa renda.

É imperativo destacar que a CONCER vem estudando soluções geométricas para que se possa diminuir o número necessário de desapropriações, como no caso da eliminação de uma alça no retorno para Xerém (ramo 700) diminuindo a escavação, conforme projeto: PRI-GEO-071-R1; eliminação de uma contenção no acesso a subida atual (próximo ao Bairro Santo Antônio) também reduzindo assim impactos socioeconômicos.

Outra melhoria, foi na comunidade do Barreiro, com a eliminação de via interna que cruzava a comunidade, conforme projetos: PRI-GEO-010-R1, PRI-GEO-011-R1, PRI-GEO-012-R1, PRI-GEO-013-R1 e PRI-GEO-080-R1; proporcionando apenas melhoria da via existente.

Como forma de minimizar os impactos decorrentes das desapropriações, o presente Programa de Desapropriação e Reassentamento apresenta 2 (duas) fases distintas: o Processo de Desapropriação propriamente dito e o Subprograma de Auxílio na Reconstrução e moradia da População de Baixa Renda, em área remanescente da atual propriedade.

3.1.2. Objetivos

Este Programa tem como objetivo principal a regularização da faixa de domínio atual e a realização das novas desapropriações necessárias à implantação das obras de construção da pista de subida da BR-040 e consequentes indenizações.

Os objetivos específicos do Programa de Desapropriação e Reassentamento são:

- Garantir que a população direta e involuntariamente afetada pelas desapropriações obtenha a compensação justa por suas perdas, possibilitando a manutenção de sua qualidade de vida;

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

- Garantir especial atenção aos grupos de baixa renda e de maior vulnerabilidade social, afetados pelo empreendimento;
- Fornecer subsídios à regularização da Faixa de Domínio atual;
- Fornecer os elementos necessários à execução do processo administrativo de desapropriação das áreas necessárias à implantação do projeto de engenharia rodoviária;
- Fixar critérios de elegibilidade;
- Realizar as articulações institucionais necessárias à execução do Programa;
- Definir as formas de indenização e minimização dos Impactos sobre as populações diretamente afetadas, com participação dessa população;
- Realizar desapropriações e indenizações de forma justa, conforme valores de mercado das terras e benfeitorias;
- Fornecer subsídios para o Subprograma de Auxílio à Reconstrução de Moradia das populações de baixa renda diretamente afetadas;
- Prestar auxílio à Reconstrução de Moradia das populações de baixa renda diretamente afetadas.

3.1.3. Metas e Indicadores

Em função dos objetivos traçados, as metas e indicadores definidos para este Programa são:

Meta 1. Estruturar Banco de Dados de Instrumentos Técnico/Normativos e Legais que dispõem sobre desapropriações e indenizações.

Indicadores

- Nível de abrangência das informações disponibilizadas no Banco de Dados em relação às informações existentes;
- Nível do relatório de compilação de dados de instrumentos técnicos/normativos e legais disponibilizados para a sociedade;
- Nível de abrangência das informações frente às demandas técnicas e legais necessárias ao programa.

Meta 2. Estabelecer parcerias com os órgãos governamentais, especialmente as Prefeituras de Duque de Caxias e Petrópolis, e instituições da sociedade civil, para discutir e definir os processos de desapropriação e indenização.

Indicadores

- Número de parcerias formais estabelecidas;

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

- Número de reuniões e encontros de trabalho realizados com os parceiros;
- Atas de reuniões.

Meta 3. Detalhar a caracterização do Público-Alvo do Programa, levantando a vulnerabilidade dos grupos familiares diretamente afetados.

Indicadores

- Número total de famílias identificadas e caracterizadas;
- Proporção das famílias identificadas e caracterizadas em relação ao total de famílias que serão desapropriadas.

Meta 4. Instituir um grupo de participação comunitária em Petrópolis e outro em Duque de Caxias para acompanhar a execução deste Programa.

Indicadores

- Quantidade de pessoas integrantes dos grupos de participação comunitária;
- Proporção entre a quantidade de pessoas pertencentes aos grupos e o total de pessoas atingidas pelas desapropriações;
- Origem (localização) das pessoas pertencentes aos grupos em relação ao conjunto de áreas a serem Desapropriadas;
- Quantidade de reuniões realizadas pelos grupos;
- Quantidade de participantes nas reuniões realizadas pelos grupos;
- Proporção entre a quantidade de pessoas pertencentes aos grupos e a quantidade de participantes nas reuniões realizadas;
- Origem (localização) das pessoas participantes das reuniões, em relação ao conjunto de áreas a serem Desapropriadas.

Meta 5. Avaliar o projeto funcional da obra em relação às desapropriações e indenizações e, caso necessário, sugerir alterações e alternativas.

Indicadores

- Relatório de avaliação do projeto funcional.

Meta 6. Elaborar projetos de desapropriação.

Indicadores

- Quantidade de projetos de desapropriação elaborados;
- Área total incluída nos projetos de desapropriação;

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

- Proporção entre o total de projetos de desapropriação elaborados e o total de áreas a serem desapropriadas;
- Proporção entre a área total inserida nos projetos de desapropriação elaborados e a área total a ser desapropriada;
- Qualidade dos projetos elaborados.

Meta 7. Negociar a efetivação da desapropriação com os grupos familiares diretamente afetados.

Indicadores

- Relatórios de Constituição de Comissões Municipais de Desapropriação;
- Quantidade de acordos de desapropriação formalmente estabelecidos que resultem em desapropriações sem litígio judiciário;
- Proporção de acordos de desapropriação formalmente estabelecidos que resultem em desapropriações sem litígio judiciário, em relação ao total de desapropriações;
- Numero de formalizações de adesões de famílias elegíveis (segundo critérios na meta 4) ao Subprograma de Auxílio à Reconstrução de Moradias.

Meta 8. Executar os Processos de Desapropriação / Reavaliação dos Laudos.

Indicadores

- Número de Processos de Desapropriação instaurados;
- Número de Laudos de Avaliação dos Valores de desapropriações revistos;
- Número de Desapropriações efetivadas;
- Regularização plena da faixa de Domínio.

Meta 9. Prestar assistência técnica, jurídica e social para as populações de baixa renda diretamente afetadas.

Indicadores

- Número de Famílias atendidas pelas ações de assistência social;
- Número de Famílias atendidas pelas ações de assistência jurídica;
- Número de Famílias atendidas pelas ações de assistência técnica.

Meta 10. Prestar auxílio à Reconstrução de Moradia das populações de baixa renda diretamente afetadas.

Indicadores

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

- Número de lotes adquiridos e financiados para a Reconstrução de Moradias das Populações de Baixa Renda;
- Número de Projetos-tipo das Moradias;
- Numero de domicílios autoconstruídos.

Meta 11. Monitorar o processo de desapropriações e indenizações.

Indicadores

- Relatório de avaliação das informações de populações diretamente afetadas (caracterização e identificação) antes de execução do processo de desapropriação;
- Relatório de Avaliação do final da execução do processo de desapropriação;
- Relatório de avaliação de 6 meses após a reconstrução de moradias para a população de baixa renda diretamente afetada.

3.1.4. Metodologia

A metodologia do presente programa foi organizada em função das metas estabelecidas.

Meta 1 - Elaborar Banco de Dados de os Instrumentos Técnico/Normativos e Legais que dispõem sobre o Tema.

Para servir de base orientadora da execução deste Programa a equipe executora do Programa deverá realizar levantamento da Regulamentação Legal, com destaque para as diretrizes preconizadas nas Diretrizes Básicas para a Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários (DNIT, 2006), em especial os Escopos Básicos e Instruções de Serviço, relacionados com a elaboração do Projeto de Desapropriação; na Norma 14.653 da ABNT (NBR 14653 – 1 – Avaliação de bens, parte 1: procedimentos gerais; NBR 14653 – 2 – Avaliação bens, parte 2: imóveis urbanos; NBR14653 – 3 – avaliação de bens, parte 2: imóveis rurais); na Instrução Normativa no. 1, de 10/11/1994, da Secretaria do Patrimônio da União – SPU, do Ministério da Fazenda; e nas Leis Federais nos. 6.766/79 e 9.785/99, que dispõem sobre o parcelamento do solo urbano, entre outras relevantes a serem identificadas pela contratada.

Este documento deveser compilado e transformado em apostila que deverá ser disponibilizado para as equipes de trabalho, grupos sociais, associações de moradores entre outros parceiros formais do projeto.

Meta 2 - Estabelecer parcerias com os órgãos governamentais, especialmente as Prefeituras de Duque de Caxias e Petrópolis, e instituições da sociedade civil, para discutir e definir os processos de desapropriação e indenizações.

A instituição executora do PBA deverá formalizar parcerias com as municipalidades de Duque de Caxias e Petrópolis, entes fundamentais no apoio aos processos de desapropriação no entorno da rodovia. Deverão ser realizadas reuniões periódicas entre a Concessionária da BR-

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

040 e os representantes dos municípios para se discutir os critérios e o andamento dos processos de desapropriação e de indenização das áreas.

Eventualmente, instituições da sociedade civil podem representar um ou mais proprietários ou moradores, o que será conhecido em detalhe após a análise das áreas a serem desapropriadas. Nesses casos, a formalização de parcerias para facilitar os processos de desapropriação e de indenização pode ser importante para o desenvolvimento do Programa, sendo desejáveis.

Meta 3 - Detalhar a caracterização do Público-Alvo do Programa, levantando a vulnerabilidade dos grupos familiares diretamente afetados.

Uma questão de grande relevância é o levantamento da situação social das pessoas diretamente afetadas pelas desapropriações, tendo em vista que o Programa de Desapropriações e Indenizações de Áreas tem entre seus objetivos garantir o apoio à população em estado de vulnerabilidade social, garantindo aos mesmos não apenas uma indenização justa pelo bem desapropriado, mas também os meios para que os impactos sociais dessa desapropriação possam ser minimizados e mitigados, garantindo a manutenção da qualidade de vida das pessoas.

Para tanto, será realizada uma pesquisa socioeconômica abrangendo todas as propriedades, moradias e áreas de uso a ser desapropriadas e as comunidades afetadas. Devem ser levantados indicadores da situação social das famílias, como renda média da família, renda per capita, quantidade de cômodos existentes nas casas, quantidade de banheiros, eletrodomésticos, automóveis etc. Informações relativas à dinâmica social da população afetada também são importantes, como: frequência de mudança de residência por parte dos moradores; proximidades das residências dos moradores dos locais de trabalho e das escolas; participação dos moradores em entidades representativas ou associações de interesse; e condições de posse dos domínios ocupados pelos moradores, comércios e usuários.

O documento que apresenta as Diretrizes Básicas do DNIT para Programas de Desapropriação e Indenização recomenda que essas informações sejam consolidadas em uma planilha contendo, pelo menos, as seguintes questões (BRASIL-DNIT, 2006):

- Número de moradores do Programa, conforme o tempo de residência no Município, segundo o local da residência anterior;
- Número de moradores do Programa, conforme o tempo de residência no domicílio, segundo o tempo de residência no Município;
- Pessoas que trabalham e se deslocam da residência para o trabalho, conforme a forma e a duração do deslocamento;
- Pessoas que trabalham e se deslocam da residência para o trabalho, mediante a transposição da rodovia, segundo a duração do deslocamento;
- Número de moradores do Programa que frequentam escola e se deslocam da residência para a escola, conforme forma e duração do deslocamento;

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

- Pessoas que se deslocam para escola mediante transposição da rodovia, segundo a duração do deslocamento;
- Número de residências existentes, segundo os grupos caracterizados de residências;
- Número de moradores do Programa que participam em Associações e/ou Entidades – segundo as classes de Entidades;
- Número de residências do Programa, conforme a condição de ocupação da residência.

Esses dados devem ser confrontados com aqueles relacionados aos valores das propriedades e a condição do entrevistado (proprietário, locatário etc). Assim, deve ser estabelecida a condição social de cada uma das famílias ou pessoas afetadas pelas desapropriações.

A partir desse levantamento, a equipe executora do Programa, em parceria com as prefeituras municipais, deve definir critérios de elegibilidade para a inclusão das pessoas no Subprograma de Auxílio na Reconstrução e moradia da População de Baixa Renda, em área remanescente da atual propriedade. Esses critérios devem considerar como indicativos de vulnerabilidade, além das informações levantadas no cadastro descrito acima, características das pessoas, famílias e grupos como serem (BRASIL-DNIT, 2006):

- Portadores de Deficiências Físicas, Habitantes de favelas e de zonas de risco;
- Famílias que vivem do produto de pequenos negócios, lares humildes, sem pai-de-família;
- Aposentados; pequenos camponeses com economia de subsistência; população em risco de marginalização;
- População analfabeta;
- Minorias étnicas e idosos;
- Grupos de população com risco de empobrecimento e de marginalização da sociedade.

Outras características podem ser consideradas, tendo em vista as realidades locais das comunidades e pessoas afetadas.

Após os levantamentos de dados, a população afetada deve ser enquadrada segundo seu perfil social, que incluirá os indicadores levantados de renda e de vulnerabilidade social.

Essa população também deve ser enquadrada segundo a condição em relação ao imóvel que utiliza:

- Moradores proprietários;
- Moradores não proprietários;
- Imóveis sem domicílios.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Esses dados serão essenciais para a elaboração dos projetos de desapropriação.

Meta 4 – Instituir um grupo de participação comunitária em Petrópolis e outro em Duque de Caxias para acompanhar a execução deste Programa.

Com base no levantamento de lideranças e instituições realizado no âmbito do EIA-RIMA e em seu detalhamento (solicitado no Programa de Ordenamento Territorial que compõe este PBA) e com base no cadastro das pessoas a serem desapropriadas e indenizadas (que deverá ser feito no âmbito do presente Programa), deverão ser organizados dois grupos comunitários de acompanhamento da execução do Programa de Desapropriação e Indenização de Áreas, um em Duque de Caxias e outro em Petrópolis. Estes grupos devem contar com representantes das comunidades afetadas e dos moradores a serem desapropriados, além de representantes do poder público municipal, da CONCER e da empreiteira que realizar a obra de construção da pista de subida da serra.

Estes grupos deverão se reunir periodicamente (contando com auxílio do Programa para deslocamento dos integrantes, caso necessário) e terão o papel de apoiar o grupo de famílias a serem afetadas pelas desapropriações e de consolidar suas aspirações gerais, organizando demandas e reivindicações e zelando pela manutenção de sua qualidade de vida. No caso de famílias para quem haverá reconstrução de moradias, esse grupo pode apoiar na identificação e seleção de áreas mais apropriadas.

Meta 5 – Avaliar o projeto funcional da obra em relação às desapropriações e indenizações e, caso necessário, sugerir alterações e alternativas.

O mapeamento das áreas de desapropriação deve ser confrontado com o projeto funcional para se levantar possíveis trechos onde o projeto deva ser modificado para reduzir custos sociais, especialmente para evitar afetar populações em condições de vulnerabilidade social. Para tanto, a concessionária, a empreiteira responsável pela obra e a empresa executora deste PBA devem se reunir sempre que necessário para detalhamentos de informações que a última instituição julgar necessários, discussões das possíveis alterações na obra e resolução de problemas específicos que, por ventura, aparecerem.

Meta 6 – Elaborar projetos de desapropriação.

De posse de todas as informações, a empresa executora deste Programa deverá elaborar projetos detalhados sobre as desapropriações, incluindo áreas a serem desapropriadas, quantidade de famílias e pessoas atingidas e as características sociais dessa população. Também devem ser elaborados os laudos de avaliação dos imóveis, indicando as benfeitorias existentes nas propriedades e valores estimados para a desapropriação. Esses projetos também devem definir a magnitude dos impactos gerados pelas desapropriações, entre outras informações que forem consideradas relevantes.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Na elaboração destes projetos deverão ser tomados cuidados especiais de modo a minimizar os transtornos temporários e permanentes inerentes ao processo de construção e desapropriação, principalmente os que envolvem as famílias de baixa renda ou que apresentam algum tipo de vulnerabilidade, possuem pouca mobilidade social e quase não tem poder de negociação. Assim, devem-se evitar ou minimizar transtornos de acessibilidade ao local de trabalho, estudo, serviços gerais de saúde, comércio e templos religiosos, interferindo o menos possível na vida das pessoas.

Deverão ser praticados preços justos nas avaliações e indenizações, de acordo com os valores de mercado, mas também considerando sempre os valores sociais das edificações e benfeitorias. Busca-se que as famílias afetadas não sofram perdas patrimoniais e de qualidade de vida, fazendo com que o processo transcorra com o mínimo de conflitos e questões judiciais.

Meta 7 – Negociar a efetivação da desapropriação com os grupos familiares diretamente afetados.

Após a elaboração dos Projetos de Desapropriação deverão ser constituídas Comissões municipais de Desapropriações (executores desse programa, em parceria com as municipalidades e os responsáveis, na CONCER, pelas indenizações, deverão compor um grupo de apoio para negociar com todas as famílias ou grupos de famílias afetadas e também com os representantes de todas as instituições que terão áreas desapropriadas), as quais serão responsáveis pelo encaminhamento das instaurações dos Processos Desapropriatórios com vistas à regularização plena da Faixa de Domínio da rodovia. Após a instauração das Comissões, deverão ser realizadas negociações individuais com as famílias diretamente afetadas, tais negociações deverão atender aos critérios de prática de preços justos nas avaliações e indenizações, evitando que os afetados sofram perdas patrimoniais ou de qualidade de vida, evitando, ao máximo, possíveis conflitos e questões judiciais.

Durante este processo, observa-se que, as famílias elegíveis (conforme critérios de elegibilidade definidos na meta 4) deverão formalizar suas adesões ao Subprograma de Auxílio à Reconstrução de Moradias.

Meta 8 – Executar os Processos de Desapropriação / Reavaliação dos Laudos.

Nesta etapa deverão ser executados os projetos de desapropriações e indenizações acordados na meta 7. O processo de desapropriação propriamente dito se encerra com a etapa de efetivação das desapropriações, depois de concluído o processo de negociação – quando então é realizado em cartório o pagamento dos valores da indenização acordada e efetuada a transferência de propriedade para o DNIT (ou órgão referente). Nesta etapa, também deverão ser realizadas, quando necessário, as revisões dos Laudos de Avaliação dos Valores de Desapropriações. Para tanto, deverão ser considerados os seguintes critérios: i) Considerar, principalmente, a função social das benfeitorias, independente do valor monetário ou estado de conservação; ii) Evitar ou minimizar os transtornos de acessibilidade ao local de trabalho,

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

estudo, serviços gerais de saúde, comércio e templos religiosos; iii) Desenvolver esforços para que as famílias afetadas possam obter melhorias de qualidade de vida.

Meta 9 – Prestar assistência técnica, jurídica e social para as populações diretamente afetadas.

Esta meta deverá promover três diferentes formas de assistência para as famílias contempladas no Subprograma de Reconstrução de Moradia da População de Baixa Renda.

As ações de assistência social deverão proporcionar apoio na seleção de novas áreas de moradia e na mudança para a nova casa, visando minimizar danos e transtornos decorrentes da execução do projeto, bem como atender instrumentos normativos de diretrizes e exigências do DNIT e do IBAMA. Esta assistência deverá realizar reuniões em grupos com as famílias incluídas no Subprograma de Reconstrução de Moradia da População de Baixa Renda, bem como reuniões individuais.

As ações de assistência jurídica deverão contemplar apoios individuais ou em grupos para as famílias incluídas no Subprograma de Reconstrução de Moradia da População de Baixa Renda quanto a problemas de titularidade de imóveis a serem desapropriados e para a confecção de documento e registros pertinentes aos novos domicílios.

As ações de assistência técnica deverão contemplar o mesmo público alvo das assistências anteriores quanto à elaboração de projetos de urbanização das áreas selecionadas para a reconstrução de moradias, assim como de projetos construtivos das novas moradias. Esta assistência também deverá acompanhar as obras de reconstrução e urbanização necessárias.

Meta 10 – Prestar auxílio à Reconstrução de Moradia das populações de baixa renda diretamente afetadas.

Para esta etapa deverão ser selecionados lotes para a reconstrução de moradias para a população de baixa renda diretamente afetada. Após esta seleção, os lotes deverão ser adquiridos e financiados para estas populações com o objetivo de reconstruir suas moradias. Após estas atividades deverão ser elaborados projetos-tipo de moradias a serem utilizados para a reconstrução das moradias que, em casos possíveis, deverão ser construídos pelas próprias famílias com apoio técnico e financeiro das equipes que compõe este programa.

Meta 11 – Monitorar o processo de desapropriações e indenizações.

O processo de monitoramento deverá ser realizado pelas comissões municipais de desapropriações constituídas ao longo da meta 4 e órgão competentes. Este processo deverá ser acompanhado pela confecção de relatórios de avaliação antes do processo de desapropriação e indenização (levando em consideração os relatórios produzidos na etapa 4) e comparando-o a relatórios produzidos após a finalização do processo de desapropriação e indenização propriamente dito e relatório produzido 6 meses após a reconstrução de moradias para a população de baixa renda diretamente afetada.

3.1.5. Público Alvo

O público alvo deste Programa é constituído pelas populações diretamente afetadas que residem ou desenvolvem atividades produtivas nas áreas a serem atingidas, tais como proprietários, inquilinos, posseiros, ocupantes, arrendatários, trabalhadores residentes e, em caso de significativos reassentamentos, populações de áreas receptoras.

3.1.6. Ações e Cronograma

Dentre as ações serão desenvolvidas no Programa de Desapropriação e Reassentamento, incluem-se:

Meta 1 - Estruturar Banco de Dados de Instrumentos Técnico/Normativos e Legais que dispõem sobre desapropriações e indenizações.

Atividade 1 – Levantar as regulamentações legais que dispõem sobre desapropriações e indenizações.

Atividade 2 – Compilar os documentos e transformá-los em apostila.

Atividade 3 – Distribuir essa apostila aos envolvidos no Programa.

Meta 2 - Estabelecer parcerias com os órgãos governamentais, especialmente as Prefeituras de Duque de Caxias e Petrópolis, e instituições da sociedade civil, para discutir e definir os processos de desapropriação e indenizações.

Atividade 1 – Formalizar parcerias com as municipalidades de Duque de Caxias e Petrópolis
Atividade 2 – Realizar reuniões periódicas com a Concessionária da BR-040 e os representantes dos municípios para se discutir os critérios e o andamento dos processos de desapropriação e de indenização das áreas.

Meta 3 - Identificar e Caracterizar o Público-Alvo do Programa, assim como, a vulnerabilidade dos grupos familiares diretamente afetados.

Atividade 1 – Detalhar metodologia de levantamentos.

Atividade 2 – Levantar a situação social das pessoas diretamente afetadas pelas desapropriações.

Atividade 3 – Confrontar os dados com aqueles relacionados aos valores das propriedades e a condição do entrevistado (proprietário, locatário etc).

Atividade 4 – Definir critérios de elegibilidade para a inclusão das pessoas no Subprograma de Auxílio na Reconstrução e moradia da População de Baixa Renda.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Atividade 5 – Enquadrar população afetada segundo seu perfil socioeconômico e segundo a condição em relação ao imóvel que utiliza.

Meta 4 – Instituir um grupo de participação comunitária em Petrópolis e outro em Duque de Caxias para acompanhar a execução deste Programa.

Atividade 1 – Analisar informações levantadas e definir potenciais participantes dos grupos.

Atividade 2 – Contatar os participantes potenciais e organizar os dois grupos comunitários de acompanhamento.

Atividade 3 – Realizar reuniões periódicas dos dois grupos.

Meta 5 – Avaliar o projeto funcional da obra em relação às desapropriações e indenizações e, caso necessário, sugerir alterações e alternativas.

Atividade 1 – Confrontar o mapeamento das áreas de desapropriação com o projeto funcional e levantar possíveis trechos onde o projeto deva ser modificado.

Atividade 2 – Realizar reuniões periódicas com a concessionária e a empreiteira responsável pela obra.

Meta 6 – Elaborar projetos de desapropriação.

Atividade 1 – Elaborar documento definindo a magnitude dos impactos gerados pelas desapropriações.

Atividade 2 – Elaborar laudos de avaliação dos imóveis.

Atividade 3 – Consolidar projetos de desapropriação.

Meta 7 – Negociar a efetivação da desapropriação com os grupos familiares diretamente afetados.

Atividade 1 – Compor Comissões Municipais de Desapropriação para negociar com as famílias e instituições que terão áreas desapropriadas.

Atividade 2 – Organizar reuniões com as famílias e instituições que terão áreas desapropriadas.

Meta 8 – Executar os Processos de Desapropriação / Reavaliação dos Laudos.

Atividade 1 – Executar Projetos Desapropriatórios.

Atividade 2 – Rever Laudos de Avaliação dos Valores de Desapropriações.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Meta 9 – Prestar assistência técnica, jurídica e social para as populações de baixa renda diretamente afetadas.

Atividade 1 – Prestar assistência social às populações de baixa renda diretamente afetadas.

Atividade 2 – Prestar assistência jurídica às populações de baixa renda diretamente afetadas.

Atividade 3 – Prestar assistência técnica às populações de baixa renda diretamente afetadas.

Meta 10 – Prestar auxílio à Reconstrução de Moradia das populações de baixa renda diretamente afetadas.

Atividade 1 – Aquisição de lotes a serem financiados para a Reconstrução de Moradias das Populações de Baixa Renda.

Atividade 2 – Financiar lotes para a Reconstrução de Moradias das Populações de Baixa Renda.

Atividade 3 – Elaborar Projetos-tipo das Moradias para populações de baixa renda.

Atividade 4 – Apoiar a autoconstrução de moradias para populações de baixa renda.

Meta 11 – Monitorar o processo de desapropriações e indenizações.

Atividade 1 – Elaborar relatório de avaliação antes do processo de desapropriação (três meses após o início da execução do PDPA);

Atividade 2 – Elaborar relatório de avaliação do final do processo de desapropriação (seis meses após o início da execução do PDPA);

Atividade 3 – Elaborar relatório de avaliação de 12 meses após o início da execução do PORT, incluindo a avaliação da reconstrução de moradias de população de baixa renda diretamente afetada.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA - BR 040			
CRONOGRAMA FÍSICO DA FASE 1 - PRÉ INSTALAÇÃO			
PROGRAMA DE DESAPROPRIAÇÃO E REASSENTAMENTO - ANO 1	MESES		
Atividades	1	2	3
Levantar as regulamentações legais que dispõem sobre desapropriações e indenizações			
Compilar os documentos e transformá-los em apostila			
Distribuir essa apostila aos envolvidos no Programa.			
Formalizar parcerias com as municipalidades de Duque de Caxias e Petrópolis			
Realizar reuniões periódicas com a Concessionária da BR-040 e os representantes dos municípios para se discutir os critérios e o andamento dos processos de desapropriação e de indenização das áreas.			
Identificar as áreas passíveis de desapropriação e indenização;			
Caracterizar os usos dessas áreas, habitantes e usuários;			
Cadastrar a população diretamente afetada pelo empreendimento.			
Detalhar metodologia de levantamentos.			
Levantar a situação social das pessoas diretamente afetadas pelas desapropriações;			
Confrontar os dados com aqueles relacionados aos valores das propriedades e a condição do entrevistado (proprietário, locatário, etc.).			
Enquadrar população afetada segundo seu perfil socioeconômico e segundo a condição em relação ao imóvel que utiliza:			
Analisar informações levantadas e definir potenciais participantes dos grupos;			
Contatar os participantes potenciais e organizar os dois grupos comunitários de acompanhamento;			
Relatório Conclusão Fase 1			

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA - BR 040												
CRONOGRAMA FÍSICO DA FASE 2 - INSTALAÇÃO												
PROGRAMA DE DESAPROPRIAÇÃO E REASSENTAMENTO - ANO 1	MESES											
Atividades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Realizar reuniões periódicas com a Concessionária da BR-040 e os representantes dos municípios para se discutir os critérios e o andamento dos processos de desapropriação e de indenização das áreas.												
Levantar a situação social das pessoas diretamente afetadas pelas desapropriações;												
Confrontar os dados com aqueles relacionados aos valores das propriedades e a condição do entrevistado (proprietário, locatário, etc.).												
Definir critérios de elegibilidade para a inclusão das pessoas no Subprograma de Auxílio na Reconstrução e moradia da População de Baixa Renda,												
Enquadrar população afetada segundo seu perfil socioeconômico e segundo a condição em relação ao imóvel que utiliza:												
Realizar reuniões periódicas dos dois grupos.												
Confrontar o mapeamento das áreas de desapropriação com o projeto funcional e levantar possíveis trechos onde o projeto deva ser modificado;												
Realizar reuniões periódicas com a concessionária e a empreiteira responsável pela obra.												
Elaborar documento definindo a magnitude dos impactos gerados pelas desapropriações;												
Elaborar laudos de avaliação dos imóveis;												
Consolidar projetos de desapropriação;												
Compor um grupo de apoio para negociar com as famílias e instituições que terão áreas desapropriadas;												
Organizar reuniões com as famílias e instituições que terão áreas desapropriadas.												
Executar Projetos Desapropriatórios												
Rever Laudos de Avaliação dos Valores de Desapropriações												
Prestar assistência social às populações de baixa renda diretamente afetadas												
Prestar assistência jurídica às populações de baixa renda diretamente afetadas												
Prestar assistência técnica às populações de baixa renda diretamente afetadas												
Aquisição de lotes a serem financiados para a Reconstrução de Moradias das Populações de Baixa Renda;												
Financiar lotes para a Reconstrução de Moradias das Populações de Baixa Renda												
Elaborar Projetos-tipo das Moradias para populações de baixa renda												
Apoiar a auto-construção de moradias para populações de baixa renda												
Elaborar relatório de avaliação <i>ex-ante</i> do processo de desapropriação												
Elaborar relatório Semestral do Programa												
Elaborar relatório de avaliação de 6 meses após a reconstrução de moradias de população de baixa renda diretamente afetada												

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA - BR 040												
CRONOGRAMA FÍSICO DA FASE 2 - INSTALAÇÃO												
PROGRAMA DE DESAPROPRIAÇÃO E REASSENTAMENTO - ANO 2	MESES											
Atividades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Realizar reuniões periódicas com a Concessionária da BR-040 e os representantes dos municípios para se discutir os critérios e o andamento dos processos de desapropriação e de indenização das áreas.												
Realizar reuniões periódicas dos dois grupos.												
Elaborar documento definindo a magnitude dos impactos gerados pelas desapropriações;												
Elaborar laudos de avaliação dos imóveis;												
Consolidar projetos de desapropriação;												
Compor um grupo de apoio para negociar com as famílias e instituições que terão áreas desapropriadas;												
Organizar reuniões com as famílias e instituições que terão áreas desapropriadas.												
Executar Projetos Desapropriatórios												
Rever Laudos de Avaliação dos Valores de Desapropriações												
Prestar assistência social às populações de baixa renda diretamente afetadas												
Prestar assistência jurídica às populações de baixa renda diretamente afetadas												
Prestar assistência técnica às populações de baixa renda diretamente afetadas												
Aquisição de lotes a serem financiados para a Reconstrução de Moradias das Populações de Baixa Renda;												
Financiar lotes para a Reconstrução de Moradias das Populações de Baixa Renda												
Elaborar Projetos-tipo das Moradias para populações de baixa renda												
Apoiar a auto-construção de moradias para populações de baixa renda												
Elaborar relatório de avaliação <i>ex-ante</i> do processo de desapropriação												
Elaborar relatório Semestral do Programa												
Elaborar relatório de avaliação de 6 meses após a reconstrução de moradias de população de baixa renda diretamente afetada												

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA - BR 040 CRONOGRAMA FÍSICO DA FASE 2 - INSTALAÇÃO										
PROGRAMA DE DESAPROPRIAÇÃO E REASSENTAMENTO - ANO 3	MESES									
Atividades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Elaborar relatório de avaliação <i>ex-ante</i> do processo de desapropriação										
Elaborar relatório de avaliação do final do processo de desapropriação										
Elaborar relatório de avaliação de 6 meses após a reconstrução de moradias de população de baixa renda diretamente afetada										
Relatório Final										

3.1.7. Resultados Esperados

Os resultados esperados com a implementação do Programa de Desapropriação e Reassentamento são os seguintes:

- Garantia de que a população direta e involuntariamente afetada pelas desapropriações obtenha a compensação justa por suas perdas, possibilitando a manutenção de sua qualidade de vida;
- Garantia de especial atenção aos grupos de baixa renda e de maior vulnerabilidade social afetados pelo empreendimento;
- Fornecimento de subsídios à regularização da Faixa de Domínio atual;
- Fornecimento os elementos necessários à execução do processo administrativo de desapropriação das áreas necessárias à implantação do projeto de engenharia rodoviária;
- Fixação de critérios de elegibilidade;
- Realização as articulações institucionais necessárias à execução do Programa;
- Definição das formas de indenização e minimização dos Impactos sobre as populações diretamente afetadas, com participação dessa população;
- Realização desapropriações e indenizações de forma justa, conforme valores de mercado das terras e benfeitorias;
- Fornecimento de subsídios para o Subprograma de Auxílio à Reconstrução de Moradia das populações de baixa renda diretamente afetadas;
- Prestação de auxílio à Reconstrução de Moradia das populações de baixa renda diretamente afetadas.

3.1.8. Equipe Executora

Visando o bom desenvolvimento das atividades indicadas neste programa, a seguinte equipe de execução é proposta:

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Nome	Função	Formação	Titulação
Membro 1	Coordenador	Direito, Sociologia e afins	Pós-graduação
Membro 2	Pesquisador	Direito	Pós-graduação
Membro 3	Pesquisador	Sociologia ou área afim	Pós-graduação
Membro 4	Pesquisador	Engenharia civil	Pós-graduação
Membro 5	Pesquisador	Assistência Social	Graduação
Membro 6	Pesquisador	Geografia ou áreas afins	Graduação
Membro 7	Técnico de Campo	Sociologia	Graduação
Membro 8	Técnico de Campo	Sociologia	Graduação
Membro 9	Técnico de Campo	Direito	Graduação
Membro 10	Técnico de Campo	Direito	Graduação

3.1.9. Referências Bibliográficas

ABNT - Norma NBR 14653

Brasil. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Coordenação Geral de Estudos e Pesquisa. Instituto de Pesquisas Rodoviárias. 2006a. *Diretrizes básicas para elaboração de estudos e programas ambientais rodoviários: escopos básicos/instruções de serviço*. – Rio de Janeiro, 409p. (IPR. Publ., 729).

Brasil. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Coordenação Geral de Estudos e Pesquisa. Instituto de Pesquisas Rodoviárias. 1996. *Corpo Normativo Ambiental para Empreendimentos Rodoviários*. Rio de Janeiro.

Brasil. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Coordenação Geral de Estudos e Pesquisa. Instituto de Pesquisas Rodoviárias. 2006b. *Manual para Atividades Ambientais Rodoviárias*. Rio de Janeiro, 437 p. (IPR. Publ. 730).

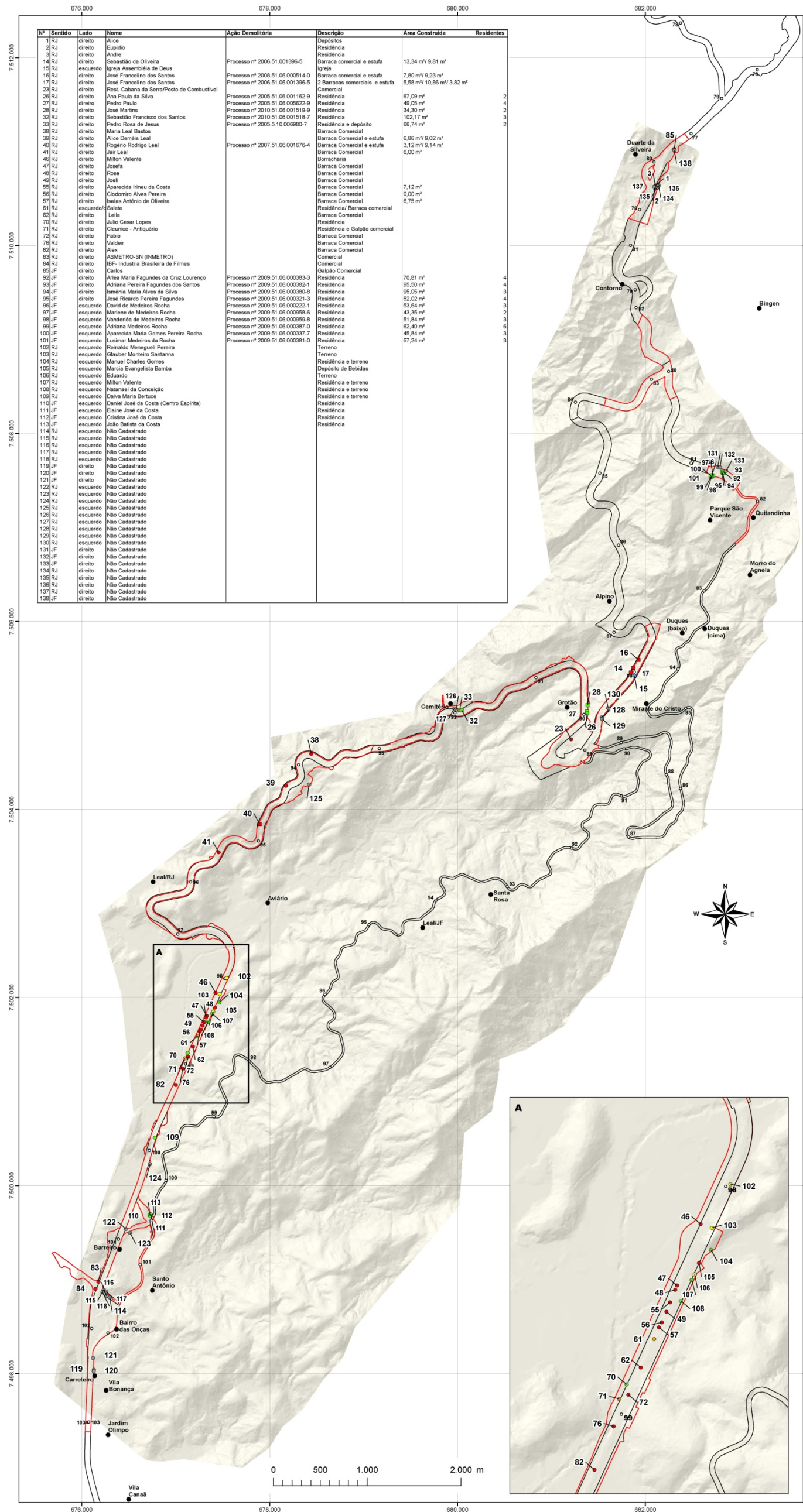
Brasil - Leis Federais Nº 6766/79 e 9785/99, que Dispõem sobre o Parcelamento do Solo Urbano

CONMETRO Resolução No12, De 12/10/1998 – Quadro Geral de Unidades de Medidas Secretaria do Patrimônio da União – SPU, Ministério Da Fazenda - Instrução Normativa No 1, De 10/11/1994,

VALEC/OIKOS – (revisões 2001; 2007 e 2010) - Normas Ambientais da VALEC.

3.1.10. Anexos

Anexo 1: Mapa localização faixa de domínio e desapropriações



Nº	Sentido	Lado	Nome	Ação Demolitória	Descrição	Área Construída	Residentes
1	RJ	direito	Alice		Residência		
2	RJ	direito	Eupídio		Residência		
3	RJ	direito	André		Residência		
14	RJ	direito	Sebastião de Oliveira		Barraca comercial e estufa	13,34 m²/ 9,81 m²	
15	RJ	esquerdo	Igreja Assembleia de Deus		Igreja		
16	RJ	direito	José Francisco dos Santos	Processo nº 2008.51.06.000514-0	Barraca comercial e estufa	7,80 m²/ 9,23 m²	
17	RJ	direito	José Francisco dos Santos	Processo nº 2006.51.06.001396-5	2 Barracas comerciais e estufa	5,58 m²/ 10,86 m²/ 3,82 m²	
23	RJ	direito	Real Cabana da Serra/Posto de Combustível		Comercial		
26	RJ	direito	Ana Paula da Silva	Processo nº 2005.51.06.001162-9	Residência	67,09 m²	2
27	RJ	direito	Pedro Paulo	Processo nº 2005.51.06.000622-9	Residência	49,05 m²	4
28	RJ	direito	Jose Martins	Processo nº 2010.51.06.001519-9	Residência	34,30 m²	2
32	RJ	direito	Sebastião Francisco dos Santos	Processo nº 2010.51.06.001518-7	Residência	102,17 m²	3
33	RJ	direito	Pedro Rosa de Jesus	Processo nº 2005.5.10.000690-7	Residência e depósito	66,74 m²	2
36	RJ	direito	Maria Leal Bastos		Barraca Comercial		
39	RJ	direito	Alice Demais Leal		Barraca Comercial e estufa	6,86 m²/ 9,02 m²	
40	RJ	direito	Rogério Rodrigo Leal	Processo nº 2007.51.06.001676-4	Barraca Comercial e estufa	3,12 m²/ 9,14 m²	
41	RJ	direito	Jair Leal		Barraca Comercial	6,00 m²	
46	RJ	direito	Milton Valente		Barraca Comercial		
47	RJ	direito	Josefa		Barraca Comercial		
48	RJ	direito	Rose		Barraca Comercial		
49	RJ	direito	Josil		Barraca Comercial		
55	RJ	direito	Aparecida Irineu da Costa		Barraca Comercial	7,12 m²	
56	RJ	direito	Clodomiro Alves Pereira		Barraca Comercial	9,00 m²	
57	RJ	direito	Isaias Antônio de Oliveira		Barraca Comercial	6,79 m²	
61	RJ	esquerdo	Salete		Residência/ Barraca comercial		
62	RJ	direito	Leila		Barraca Comercial		
70	RJ	direito	Julio Cesar Lopes		Residência		
71	RJ	direito	Cleucio - Antiquário		Residência e Galpão comercial		
72	RJ	direito	Fabio		Barraca Comercial		
76	RJ	direito	Valdeir		Barraca Comercial		
82	RJ	direito	Alex		Barraca Comercial		
83	RJ	direito	ASMETRO-SN (INMETRO)		Comercial		
84	RJ	direito	IBF - Industria Brasileira de Filmes		Comercial		
85	JF	direito	Carlos		Galpão Comercial		
85	JF	direito	Arina Maria Fagundes da Cruz Lourenço	Processo nº 2009.51.06.000383-3	Residência	70,81 m²	
93	JF	direito	Adriana Pereira Fagundes dos Santos	Processo nº 2009.51.06.000382-1	Residência	95,50 m²	4
94	JF	direito	Isabelina Maria Alves da Silva	Processo nº 2009.51.06.000389-8	Residência	95,05 m²	4
95	JF	direito	José Ricardo Pereira Fagundes	Processo nº 2009.51.06.000321-3	Residência	52,52 m²	4
96	JF	esquerdo	David de Medeiros Rocha	Processo nº 2009.51.06.000222-1	Residência	53,54 m²	3
97	JF	esquerdo	Martine de Medeiros Rocha	Processo nº 2009.51.06.000956-6	Residência	43,35 m²	2
98	JF	esquerdo	Vanderleia de Medeiros Rocha	Processo nº 2009.51.06.000956-8	Residência	51,84 m²	3
99	JF	esquerdo	Adriana Medeiros Rocha	Processo nº 2009.51.06.000387-0	Residência	62,40 m²	6
100	JF	esquerdo	Aparecida Maria Gomes Pereira Rocha	Processo nº 2009.51.06.000337-7	Residência	45,84 m²	3
101	JF	esquerdo	Luizmar Medeiros da Rocha	Processo nº 2009.51.06.000381-0	Residência	57,24 m²	3
102	RJ	esquerdo	Renaldo Menequelli Pereira		Terreno		
103	RJ	esquerdo	Glauber Monteiro Santana		Terreno		
104	RJ	esquerdo	Manuel Charles Gomes		Residência e terreno		
105	RJ	esquerdo	Marcos Evangelista Bamba		Depósito de Bebidas		
106	RJ	esquerdo	Eduardo		Terreno		
107	RJ	esquerdo	Milton Valente		Residência e terreno		
108	RJ	esquerdo	Nataniel da Conceição		Residência e terreno		
109	RJ	esquerdo	Daiva Maria Bertuce		Residência e terreno		
110	JF	esquerdo	Daniel José da Costa (Centro Espirita)		Residência		
111	JF	esquerdo	Elaine José da Costa		Residência		
112	JF	esquerdo	Cristina José da Costa		Residência		
113	JF	esquerdo	João Batista da Costa		Residência		
114	RJ	esquerdo	Não Cadastrado				
115	RJ	esquerdo	Não Cadastrado				
116	RJ	esquerdo	Não Cadastrado				
117	RJ	esquerdo	Não Cadastrado				
118	RJ	esquerdo	Não Cadastrado				
119	JF	direito	Não Cadastrado				
120	JF	direito	Não Cadastrado				
121	JF	direito	Não Cadastrado				
122	RJ	esquerdo	Não Cadastrado				
123	RJ	esquerdo	Não Cadastrado				
124	RJ	esquerdo	Não Cadastrado				
125	RJ	esquerdo	Não Cadastrado				
126	RJ	esquerdo	Não Cadastrado				
127	RJ	esquerdo	Não Cadastrado				
128	RJ	esquerdo	Não Cadastrado				
129	RJ	esquerdo	Não Cadastrado				
130	RJ	esquerdo	Não Cadastrado				
131	JF	direito	Não Cadastrado				
132	JF	direito	Não Cadastrado				
133	JF	direito	Não Cadastrado				
134	RJ	direito	Não Cadastrado				
135	RJ	direito	Não Cadastrado				
136	RJ	direito	Não Cadastrado				
137	RJ	direito	Não Cadastrado				
138	JF	direito	Não Cadastrado				



Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio
CONCER

Projeto Nova Subida da Serra (NSS)

Mapa de Desapropriações e Reintegrações de Posse

Legenda

- Comunidades
 - Faixa de Domínio Existente
 - ▭ Faixa de Domínio Projetada
 - Kilometragem
- Desapropriações e Reintegrações**
- Situação, Tipo de imóvel**
- Ação Demolitória, Comercial
 - Ação Demolitória, Igreja
 - Ação Demolitória, Residencial
 - Ação Demolitória, Residencial e Comercial
 - Desapropriação, Comercial
 - Desapropriação, Igreja
 - Desapropriação, Residencial
 - Desapropriação, Residencial e Comercial
 - Desapropriação, Terreno
 - Desapropriação, n.d.

Mapa de Localização



Referência Espacial

Projeção: UTM (zona 23S)
Datum horizontal: SIRGAS2000

Fonte dos dados:
Ortofoto 1:2.000 GEOID 2010
Levantamento de Campo

1:20.000
Impressão em folha ISO A1

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Anexo 2: Cadastro das propriedades sujeitas à remoção

Nº	S*	Lado	Nome proprietário	Ação Demolitória	Descrição	Área Construída	Residentes	FD**
1	RJ	direito	Alice		Depósitos			Sim
2	RJ	direito	Eupidio		Residência			Sim
3	RJ	direito	Andre		Residência			Sim
14	RJ	direito	Sebastião de Oliveira	Processo nº 2006.51.001396-5	Barraca comercial e estufa	13,34 m ² / 9,81 m ²		Sim
15	RJ	esquerdo	Igreja Assembléia de Deus		Igreja			Sim
16	RJ	direito	José Francelino dos Santos	Processo nº 2008.51.06.000514-0	Barraca comercial e estufa	7,80 m ² / 9,23 m ²		Sim
17	RJ	direito	José Francelino dos Santos	Processo nº 2006.51.06.001396-5	2 Barracas comerciais e estufa	5,58 m ² / 10,86 m ² / 3,82 m ²		Sim
23	RJ	direito	Rest. Cabana da Serra/Posto de Combustível		Comercial			Não
26	RJ	direito	Ana Paula da Silva	Processo nº 2005.51.06.001162-9	Residência	67,09 m ²	2	Sim
27	RJ	direiro	Pedro Paulo	Processo nº 2005.51.06.005622-9	Residência	49,05 m ²	4	Sim
28	RJ	direito	José Martins	Processo nº 2010.51.06.001519-9	Residência	34,30 m ²	2	Sim
32	RJ	direito	Sebastião Francisco dos Santos	Processo nº 2010.51.06.001518-7	Residência	102,17 m ²	3	Sim
33	RJ	direito	Pedro Rosa de Jesus	Processo nº 2005.5.10.006980-7	Residência e depósito	66,74 m ²	2	Sim
38	RJ	direito	Maria Leal Bastos		Barraca Comercial			Sim
39	RJ	direito	Alice Deméis Leal		Barraca Comercial e estufa	6,86 m ² / 9,02 m ²		Sim
40	RJ	direito	Rogério Rodrigo Leal	Processo nº 2007.51.06.001676-4	Barraca Comercial e estufa	3,12 m ² / 9,14 m ²		Sim
41	RJ	direito	Jair Leal		Barraca Comercial	6,00 m ²		Sim
46	RJ	direito	Milton Valente		Borracharia			Sim
47	RJ	direito	Josefa		Barraca Comercial			Sim

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Nº	S*	Lado	Nome proprietário	Ação Demolitória	Descrição	Área Construída	Residentes	FD**
48	RJ	direito	Rose		Barraca Comercial			Sim
49	RJ	direito	Joeli		Barraca Comercial			Sim
55	RJ	direito	Aparecida Irineu da Costa		Barraca Comercial	7,12 m ²		Sim
56	RJ	direito	Clodomiro Alves Pereira		Barraca Comercial	9,00 m ²		Sim
57	RJ	direito	Isaías Antônio de Oliveira		Barraca Comercial	6,75 m ²		Sim
61	RJ	esquerdo/direito	Salete		Residência/ Barraca comercial			Sim
62	RJ	direito	Leila		Barraca Comercial			Sim
70	RJ	direito	Julio Cesar Lopes		Residência			Sim
71	RJ	direito	Cleunice - Antiquário		Residência e Galpão comercial			Não
72	RJ	direito	Fabio		Barraca Comercial			Sim
76	RJ	direito	Valdeir		Barraca Comercial			Sim
82	RJ	direito	Alex		Barraca Comercial			Sim
83	RJ	direito	ASMETRO-SN (INMETRO)		Comercial			Não
84	RJ	direito	IBF- Industria Brasileira de Filmes		Comercial			Não
85	JF	direito	Carlos		Galpão Comercial			Sim
92	JF	direito	Arlea Maria Fagundes da Cruz Lourenço	Processo nº 2009.51.06.000383-3	Residência	70,81 m ²	4	Sim
93	JF	direito	Adriana Pereira Fagundes dos Santos	Processo nº 2009.51.06.000382-1	Residência	95,50 m ²	4	Sim
94	JF	direito	Ismênia Maria Alves da Silva	Processo nº 2009.51.06.000380-8	Residência	95,05 m ²	3	Sim
95	JF	direito	José Ricardo Pereira Fagundes	Processo nº 2009.51.06.000321-3	Residência	52,02 m ²	4	Sim
96	JF	esquerdo	David de Medeiros Rocha	Processo nº 2009.51.06.000222-1	Residência	53,64 m ²	3	Sim
97	JF	esquerdo	Marlene de Medeiros Rocha	Processo nº 2009.51.06.000958-6	Residência	43,35 m ²	2	Sim
98	JF	esquerdo	Vanderléa de Medeiros Rocha	Processo nº 2009.51.06.000959-8	Residência	51,84 m ²	3	Sim
99	JF	esquerdo	Adriana Medeiros Rocha	Processo nº 2009.51.06.000387-0	Residência	62,40 m ²	6	Sim
100	JF	esquerdo	Aparecida Maria Gomes Pereira Rocha	Processo nº 2009.51.06.000337-7	Residência	45,84 m ²	3	Sim
101	JF	esquerdo	Lusimar Medeiros da Rocha	Processo nº	Residência	57,24 m ²	3	Sim

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Nº	S*	Lado	Nome proprietário	Ação Demolitória	Descrição	Área Construída	Residentes	FD**
				2009.51.06.000381-0				
102	RJ	esquerdo	Reinaldo Menegueli Pereira		Terreno			Sim
103	RJ	esquerdo	Glauber Monteiro Santanna		Terreno			Sim
104	RJ	esquerdo	Manuel Charles Gomes		Residência e terreno			Sim
105	RJ	esquerdo	Marcia Evangelista Bamba		Depósito de Bebidas			Não
106	RJ	esquerdo	Eduardo		Terreno			Não
107	RJ	esquerdo	Milton Valente		Residência e terreno			Não
108	RJ	esquerdo	Natanael da Conceição		Residência e terreno			Não
109	RJ	esquerdo	Dalva Maria Bertuce		Residência e terreno			Sim
110	JF	esquerdo	Daniel José da Costa (Centro Espírita)		Residência			Não
111	JF	esquerdo	Elaine José da Costa		Residência			Não
112	JF	esquerdo	Cristina José da Costa		Residência			Não
113	JF	esquerdo	João Batista da Costa		Residência			Não
114	RJ	esquerdo	Não Cadastrado					Não
115	RJ	esquerdo	Não Cadastrado					Não
116	RJ	esquerdo	Não Cadastrado					Não
117	RJ	esquerdo	Não Cadastrado					Não
118	RJ	esquerdo	Não Cadastrado					Não
119	JF	direito	Não Cadastrado					Não
120	JF	direito	Não Cadastrado					Não
121	JF	direito	Não Cadastrado					Sim
122	RJ	esquerdo	Não Cadastrado					Não
123	RJ	esquerdo	Não Cadastrado					Não
124	RJ	esquerdo	Não Cadastrado					Não
125	RJ	esquerdo	Não Cadastrado					Não
126	RJ	esquerdo	Não Cadastrado					Sim
127	RJ	esquerdo	Não Cadastrado					Não
128	RJ	esquerdo	Não Cadastrado					Não
129	RJ	esquerdo	Não Cadastrado					Sim
130	RJ	esquerdo	Não Cadastrado					Sim
131	JF	direito	Não Cadastrado					Sim
132	JF	direito	Não Cadastrado					Sim

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Nº	S*	Lado	Nome proprietário	Ação Demolitória	Descrição	Área Construída	Residentes	FD**
133	JF	direito	Não Cadastrado					Não
134	RJ	direito	Não Cadastrado					Não
135	RJ	direito	Não Cadastrado					Não
136	RJ	direito	Não Cadastrado					Não
137	RJ	direito	Não Cadastrado					Sim
138	JF	direito	Não Cadastrado					Sim

3.2. PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL (PPHC)

3.2.1. Introdução

O Patrimônio Histórico e Cultural, elaborado pelo homem, é uma referência para sua identidade e através do conhecimento do passado pode ser conhecida a sua história para pensar o seu futuro.

As práticas preservacionistas fazem parte das ações que permitem a conservação do Patrimônio Histórico e Cultural de uma sociedade.

Quem primeiro se preocupou em encarar a problemática do patrimônio cultural, de modo bastante abrangente e de forma interdisciplinar, foi o professor francês e, atualmente, assessor técnico internacional da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), Hungues de Varine-Boham (Oriá, 2002).

Ele define três grandes categorias de patrimônio cultural:

- elementos pertencentes à natureza e ao meio ambiente;
- bens culturais que se referem ao conhecimento, às técnicas, ao saber fazer e aos bens intangíveis;
- bens culturais propriamente ditos que incluem os objetos, artefatos, obras e construções obtidos a partir do próprio meio ambiente e do saber fazer dos homens.

A expressão “patrimônio histórico” passa a ser substituída pela mais abrangente, de patrimônio cultural, e inclui, tanto o patrimônio histórico como o ecológico, o artístico e o científico.

Dessa forma, supera as concepções que vinham historicamente prevalecendo e que consideravam como patrimônio os monumentos e as edificações, a dimensão dita da “pedra e cal”.

Hoje as teorias do patrimônio abrangem o conceito geográfico da paisagem, que incorpora os bens naturais, as atividades humanas e seus produtos e, portanto os bens culturais materiais e imateriais. Não são mais considerados os monumentos isoladamente, mas no contexto próprio da sua história e da sua cultura.

Guimarães (2007), em seu ensaio sobre a interpretação e valoração da paisagem, apresenta esta como um ambiente de ensino-aprendizagem que propicia estímulos cognitivos e afetivos que podem “reconectar” o ser humano a si próprio e ao seu entorno, cooperando para a conservação ambiental.

A Convenção Europeia da Paisagem (CEP) realizada em Florença (2000), o primeiro convênio internacional enfocando exclusivamente este tema, define a paisagem como “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos”.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Dessa definição provém a ideia de interação entre as pessoas e seu meio ambiente ao longo do tempo e dela também se destaca a visão das complexas interações entre o homem e a natureza na paisagem.

Consequentemente, esse ato demonstra uma mudança nas políticas internacionais que tratam do tema, valorando não somente o que se considera natural, em cenários desprovidos de vestígios de vida humana, mas também as pessoas e sua relação com o ambiente, exigindo, assim, que estas estejam presentes na paisagem.

A partir dessa nova interpretação da paisagem são, portanto incluídos o homem e a sua produção material e imaterial.

Nos estudos de impactos ambientais (EIA) devem ser incluídas pesquisas referentes ao Patrimônio Cultural material e imaterial (Resolução CONAMA nº 001/1986, art 6º, I,C) contemplando a definição de medidas que visem mitigar e/ou compensar os impactos causados pelo empreendimento na sua fase de instalação e operação.

Conforme as recomendações expostas no EIA da Nova Subida da Serra de Petrópolis (NSS BR-040), este programa se direciona para o aperfeiçoamento dos estudos sobre a área afetada pela implantação do empreendimento, buscando a definição sobre existência e a localização de locais de interesse cultural, ameaçados de serem afetados pelas obras de engenharia, e a formatação de um programa de educação para a conservação do patrimônio histórico e cultural que atingia a comunidade local, as escolas, alunos, professores, usuários da estrada e os trabalhadores envolvidos na obra.

Conforme os estudos realizados durante a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento para duplicação da estrada federal BR-040 foram consideradas da seguinte forma as áreas de influência direta, e indireta (Céu-Aberto / CONCER, 2010):

“Assumiu-se como Área de influencia Direta - AID uma faixa de 3 km que incorpora as duas vias da BR 040, as áreas lindeiras e as aglomerações urbanas existentes ao longo do traçado, diretamente atingidas pelas obras e pelas estruturas de apoio voltadas à duplicação da estrada. Compreende os seguintes bairros/localidades: Santo Antônio, Barreiro, Carreteiro, Leal, Santa Rosa, Mirante do Cristo, Duques de Baixo, Duques de Cima, Castelo, Morro do Agnela, Amazonas, Aviário, Rodovia do Contorno.” e “A área de influencia indireta - All abrange os municípios de Duque de Caxias e Petrópolis, cujos territórios são atravessados diretamente pela BR 040, ou pelas variantes de apoio às obras de duplicação, objeto deste EIA, independentemente do tamanho da área, do porte ou de sua importância socioeconômica”.

O levantamento dos dados históricos e arqueológicos apresentados no EIA/RIMA indicou que (Céu-Aberto/CONCER, 2010) “embora a maior parte da AID, por ser muito íngreme e apresentar solo pobre não apresente grande potencial em termos de patrimônio histórico/arqueológico, existem alguns poucos pontos onde podem ser encontrados vestígios de diferentes grupos culturais e também de distintos momentos da história do Brasil. O

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

potencial desta área, portanto, pode ser considerado baixo para médio no traçado da subida e descida da BR-040 e bastante elevado no vale do Aviário.” Já para a AII o estudo indica que “a área levantada tem como limites norte e sul as cidades de Duque de Caxias e Petrópolis. O impacto indireto pela implantação do empreendimento no patrimônio histórico cultural nessas cidades é muito pequeno. Na medida em que, mesmo que sua implantação venha a aumentar o fluxo de pessoas ou a população nestes centros, seu patrimônio histórico cultural já é bastante conhecido e possui uma visibilidade que permite ações para sua preservação”.

O exposto acima deverá ser considerado para um aperfeiçoamento dos estudos objetos deste PBA, entretanto vale ressaltar que já podem ser detectados impactos positivos e negativos, nas áreas consideradas.

Como exemplo de impacto positivo, podemos citar a diminuição do tráfego nos arredores do conjunto arquitetônico-paisagístico do Hotel Quitandinha (INEPAC, processo de tombamento provisório E-18/000.165/91) que, com o novo traçado da rodovia, não será mais a passagem do fluxo de entrada para a cidade de Petrópolis. Entretanto podemos considerar que a diminuição do fluxo de veículo traz também um impacto negativo com a diminuição da visibilidade do bem em questão, fato que deverá ser mitigado com um programa voltado para o usuário da rodovia e o turista informando sobre sua existência assim como de outros bens Histórico – Culturais presentes na AID e AII.

Outro aspecto importante a ser considerado é a possibilidade de transformação da antiga subida da Serra em Estrada Parque. A proposta em fase de análise poderá acarretar uma destinação da rodovia para o turismo o que deverá proporcionar um estudo sobre os aspectos histórico – culturais da antiga rodovia e formular propostas que poderão incluir uma Casa do Patrimônio, nos moldes previstos pela Carta de Nova Olinda de 2009 e que poderá ser instalada no antigo Belvedere hoje desativado.

O uso de monumentos e bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais, ampliam os esforços para torná-los autossustentáveis no que se refere à manutenção, conservação e restauro e vem contribuindo, no mundo inteiro, para a discussão acerca das formas de propor visitas diferenciadas principalmente em museus, comunidades, festas populares e cultos religiosos introduzindo o conceito de Turismo Cultural

No que se refere ao resgate do patrimônio arqueológico é previsto um PBA específico que poderá acrescentar informações e dados para as atividades previstas de educação patrimonial.

Neste sentido as ações propostas neste PBA deverão ter sinergia com as ações de pesquisa e resgate do patrimônio arqueológico das áreas afetadas pelo empreendimento assim como com os Programas de Comunicação Social e o de Educação Ambiental.

3.2.2. Objetivos

- Fornecer levantamento, na AID, dos bens culturais (patrimônio material e imaterial) e do número de alunos e professores das escolas municipais envolvidas.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

- Capacitar os professores do ensino fundamental da rede municipal, para atuarem como multiplicadores, nas respectivas unidades escolares, das práticas pedagógicas voltadas para a educação patrimonial.
- Promover e contribuir para o processo de democratização do conhecimento, reconhecimento e apropriação do patrimônio cultural material e imaterial pelas comunidades locais através de um programa de Educação Patrimonial.
- Incentivar a participação da sociedade local na proteção dos bens culturais.
- Informar e conscientizar os trabalhadores envolvidos na obra, na sua fase de instalação e execução, sobre a importância da conservação e preservação do patrimônio Histórico – Cultural.
- Informar os usuários da rodovia a respeito do Patrimônio Histórico e Cultural existente nas AID e AII.
- Formular uma proposta conceitual para a instalação de uma Casa da Memória da antiga rodovia nas instalações do Belvedere atualmente desativado.

3.2.3. Metas e Indicadores

Em função dos objetivos traçados, as principais metas deste Programa são:

- Meta 1 - Fornecer o geoprocessamento dos dados obtidos na pesquisa (item 1 dos OBJETIVOS);
- Meta 2 - Articular parcerias, para as ações previstas de Educação patrimonial, com o IPHAN, IBRAM, INEPAC, Secretarias de Educação, Secretaria de Turismo / Cultura e as Secretarias municipais responsáveis para o Patrimônio Histórico – Cultural dos respectivos municípios, Associações de Classe dos Professores, Associações de Moradores e ONG;
- Meta 3 - Capacitar os professores das escolas municipais de Duque de Caxias e Petrópolis em práticas pedagógicas para Educação Patrimonial (previsão de 10 turmas de 30 professores);
- Meta 4 - Conscientizar os 600 trabalhadores da obra ao longo a partir da instalação dos canteiros de obras.

Para esse conjunto de metas, serão utilizados os seguintes indicadores como forma de medir a implementação e a eficácia das ações:

- Relatório de avaliação do patrimônio histórico cultural material e imaterial na AID
- Número de oficinas realizadas com as comunidades e as organizações da sociedade civil e relatório das atividades desenvolvidas

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

- Número de oficinas realizadas com os professores das escolas dos municípios, quantidade de professores que concluíram o curso e avaliação dos resultados obtidos nas atividades de Educação Patrimonial nas escolas (ver Programa Curso).
- Número de jovens formados no programa de Formação de Jovens (ver programa)
- Número de CDs produzidos com a História do 4º Distrito de Caxias (comunidades pesquisadas – ver programa)
- Número de oficinas com os trabalhadores envolvidos nas obras da nova rodovia e relatório das atividades desenvolvidas para cada oficina
- Número de cartilhas e cartazes de Educação Patrimonial publicado e distribuído (escolas, comunidade, usuários da rodovia) e das matérias sobre patrimônio histórico – cultural, publicadas na revista bimestral da CONCER.
- Número de placas informativas sobre o Patrimônio Histórico Cultural, colocadas ao longo da rodovia.

3.2.4. Metodologia

- As atividades de Educação Patrimonial a serem, desenvolvidas na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, serão definidas após uma primeira etapa para:
- Levantar os sítios e monumentos históricos tombados presentes na AID e AII através de pesquisa bibliográfica e consultas aos arquivos e livro de tomo do IPHAN, INEPAC e das Secretarias dos municípios envolvidos e que cuidam do patrimônio Histórico – Cultural.
- Levantar o patrimônio material ainda não tombado que tenha alguma relevância para as comunidades locais.
- Levantar o patrimônio imaterial existente na AID através da identificação e caracterização dos eventos culturais tradicionais considerando as diferentes manifestações da comunidade local (lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas artesanais, entre outras manifestações)
- Geo-referenciar os dados obtidos na pesquisa inicial itens 1, 2 e 3.

Com os dados obtidos será possível alcançar o público alvo e definir com mais exatidão as ações a serem desenvolvidas.

Os dados fornecidos pela Secretaria de Educação de Petrópolis e pelo Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias – CRPH/DC foram coletados nas escolas incluídas na AID.

Os bairros contemplados para Duque de Caxias são: Santo Antônio, Barreiro, Aviário, Carreteiro, Leal e Santa Rosa.

Os bairros contemplados no Município de Petrópolis são: Duarte da Silveira, Contorno, Bingen, Quitandinha, Parque São Vicente, Castelo, Duques e Santa Rosa.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Para a definição e elaboração deste projeto a Educação Patrimonial deve ser vista como um processo permanente de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de educação patrimonial busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

O contato com o patrimônio cultural, através da Educação Patrimonial, proporciona o fortalecimento da auto-estima, a legitimação da(s) identidade(s) e a valorização do exercício da cidadania (Horta et al., 2006).

Os resultados da aplicação desta metodologia desenvolvem atividades que levam os participantes à reflexão, descoberta e atitude favorável a respeito da importância e valorização do nosso Patrimônio Cultural (Grunberg 2007).

As propostas de Educação Patrimonial deverão incluir ações seja para educação formal que informal e, portanto considerar a diversidade existente entre o seu público alvo.

No que se refere a educação formal serão incluídas as escolas da rede municipal na AID dos dois municípios e priorizadas as ações voltadas para os professores de todas as disciplinas considerando que a transversalidade e interdisciplinaridade são apontadas como fundamentais nos próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) elaborados pelo Ministério da Educação (MEC). A escolha de trabalhar com os professores se baseia na consideração que, a partir da capacitação e conscientização da importância da Educação Patrimonial, como forma de resgate da memória e identidade dos educandos, estes se tornarão agentes multiplicadores alcançando um universo que irá extrapolar as unidades escolares de proveniência.

A proposta para educação formal, no município de Duque de Caxias, deverá contemplar as sugestões fornecidas pelo Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias –CRPH/DC.

Com base nas sugestões acima referidas serão contempladas duas atividades (conforme documento recebido):

1. Formação de Jovens das escolas públicas das comunidades atingidas diretamente pelas obras da subida da Serra;
2. Pesquisa da História e das referências culturais e identitárias das comunidades atingidas diretamente - Santo Antônio, Barreiro, Aviário, Carreteiro, Leal e Santa Rosa.

A participação e envolvimento das Secretarias de Educação dos dois municípios serão imprescindíveis para o alcance dos objetivos propostos.

Para educação não formal serão consideradas as comunidades da Área de Influência Direta (AID), as suas associações de bairro, ONGs e organizações religiosas entre outras.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Para o município de Duque de Caxias serão contemplados os bairros de Santo Antônio, Barreiro, Aviário, Carreteiro, Leal e Santa Rosa e para o município de Petrópolis os bairros de Duarte da Silveira, Contorno, Bingen, Quitandinha, Parque São Vicente, Castelo, Duques.

Serão organizadas Oficinas Culturais com a comunidade local para estimular a reflexão sobre o Patrimônio Cultural presente, valorizando iniciativas que resgatem os conhecimentos tradicionais, a memória e a identidade para a (re)construção e a (re)apropriação de uma cultura que, ao reafirmar a si própria, é capaz de conviver e dialogar com as diferenças, as minorias e maiorias em um processo de democratização dos conhecimentos e saberes para, de forma solidária, transformar a sociedade em prol do bem estar de todos.

Sempre para educação não formal serão incluídas palestras para os trabalhadores das obras de instalação e de construção da nova rodovia com ações específicas.

Durante a instalação dos canteiros de obra e antes do começo das operações, para conscientizá-los sobre a importância do patrimônio histórico – cultural material e imaterial e sua conservação, e durante a obra para monitorar e amenizar eventuais impactos negativos.

Incluídos neste segmento da educação não formal estão os usuários da rodovia, com ações informativas, através da sinalização do patrimônio Histórico - Cultural e de folder e matérias no jornal da CONCER a serem distribuídos nos pedágios de Xerém, Areal e Juiz de Fora.

Em todas as atividades propostas serão consideradas, em função dos diferentes públicos alvos, metodologias com linguagem e instrumentos adequados para cada caso.

O trabalho de produção do material impresso, placas e das matérias para o jornal CONCER será feito em parceria com os responsáveis do PBA de Comunicação Social, Educação Ambiental e Resgate Arqueológico.

O setor de Comunicação Social terá a incumbência de orçar cada item ficando de responsabilidade dos técnicos das áreas específicas a produção dos conteúdos.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL FORMAL

Curso de Educação Patrimonial para Professores

Módulo I: Oficina Educação Patrimonial (12h em três módulos de 4h)

Conteúdo: Conceitos de cultura, diversidade cultural, bens culturais, patrimônio material e imaterial, a legislação e os órgãos de preservação e fiscalização. O que é Educação Patrimonial, as teorias e a relação com os PCN. Exemplos das metodologias usadas na Educação Patrimonial.

Módulo II: Patrimônio Arqueológico (4h)

Conteúdo: O que é arqueologia. Os sítios arqueológicos e os trabalhos de pesquisa e prospecção. A legislação e os órgãos de preservação e fiscalização.

Módulo III: Os Museus e os diferentes centros de memória (4h)

Conteúdo: Os diferentes tipos de museus, a função social dos museus e centros de memória. Os acervos, catalogação, conservação e restauração. O IBRAM.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Módulo IV: Visitas técnicas (8h em dois módulos de 4h)

Conteúdo: Visita a um museu: Participação nas atividades de Educação Patrimonial. Visita à reserva técnica e ao setor de conservação e restauração.

Módulo V: Oficina pratica de Educação Patrimonial (8hs em dois módulos de 4h)

Conteúdo: Elaboração de uma atividade de Educação Patrimonial.

Módulo VI: Avaliação (4h)

Conteúdo: Avaliação dos resultados com todos os participantes e formulação de diretrizes para as ações a serem desenvolvidas nas unidades escolares rural de proveniência.

Módulo VII: Aplicação das metodologias de Educação Patrimonial nas unidades escolares de proveniência. (8hs em dois módulos de 4hs)

Conteúdo: Atividades de Educação Patrimonial para os alunos do ensino fundamental. Avaliação dos resultados e relatórios e serem disponibilizados para a Secretaria de Educação, a Diretora da Escola e as Associações de Pais e Alunos.

O curso será ministrado separadamente para os professores de Duque de Caxias e Petrópolis com no máximo 30 (trinta) professores por turma.

Para as escolas do Município de Duque de Caxias, em parceria com o Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias –CRPH/DC, serão incluídas também as atividades abaixo:

1. Formação de Jovens das escolas públicas das comunidades atingidas diretamente pelas obras da subida da Serra: Formação de um grupo de jovens estudantes das escolas públicas do entorno da subida da Serra. Critério para a participação do jovem: estar matriculado nas escolas atingidas pelo projeto cursando o 9º ano de escolaridade, Ensino médio e EJA. A adesão dos jovens se efetiva a partir de inscrição voluntária ao Programa de Formação e Pesquisa, após o estabelecimento de um processo de comunicação e divulgação realizada pela equipe do projeto. O grupo experimentará um processo formativo em educação patrimonial e iniciação a pesquisa com uma visita de campo e um encontro mensal. O trabalho de campo está relacionado às visitas de reconhecimento e registro fotográfico das comunidades envolvidas, dos Lugares de Memória e História da Cidade de Duque de Caxias, com centralidade para a História do 4º Distrito (Xerém). Cabe ressaltar que a pesquisa realizada conjuntamente com os jovens é compreendida como caminho metodológico essencial para a construção do conhecimento e da educação patrimonial. Assim, teoria e prática, objeto analisado e reconhecimento dele no território são estratégias consideradas e possibilidades de leitura crítica do mundo e da cidade, de afirmação do sentimento de pertencimento e de amorosidade para com o lugar de vivência e para com a comunidade local. Os pressupostos referidos estão presentes nos trabalhos desenvolvidos pelo CRPH com jovens das escolas públicas locais: Jovens Pesquisadores Populares (terceiro ano de projeto com jovens dos bairros do Olavo Bilac, Gramacho e Jardim leal); Caçadores de Histórias Perdidas (terceiro ano de trabalho com jovens da E. M. Aquino de Araújo); Agentes do Patrimônio e Guias do Museu Vivo do São

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Bento (primeiro ano de projeto com jovens das escolas públicas do Grande São Bento). O presente projeto constitui-se ferramenta para constituição de um grupo de jovens que possa se comprometer com as comunidades locais, com o patrimônio, com o guardado das referências culturais instituídas no cotidiano dos moradores.

Número de vagas no GE: 30 jovens

Número de encontros com o Grupo de Jovens: (um por mês, 8 por ano)

2. Pesquisa da História e das referências culturais e identitárias das comunidades atingidas diretamente - Santo Antônio, Barreiro, Aviário, Carreteiro, Aviário, Leal e Santa Rosa: Levantamento do perfil de cada comunidade e identificação dos seus respectivos problemas e potencialidades; Registro fotográfico do cotidiano das comunidades efetivado pelos jovens envolvidos no Grupo de Educação Patrimonial, por professores e alunos conjuntamente; Exposição das fotografias nas escolas locais; Entrevistas orais gravadas em vídeos com moradores antigos das comunidades (Café com História). As entrevistas poderão ser realizadas na escola (O café vai à escola) ou na casa do morador ou espaço educativo e cultural (O café vai à rua); Organização e reprodução dos depoimentos dos moradores no formato de CD com distribuição para as escolas locais e para os depoentes; Produção de CDs sobre a História do 4º Distrito com centralidade para a História das comunidades pesquisadas.

Parcerias: IPHAN, IBRAM, INEPAC, Secretarias de Educação, Secretaria de Turismo/ Cultura e as Secretarias municipais responsáveis para o Patrimônio Histórico – Cultural dos respectivos municípios, Associações de Classe dos professores.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NÃO FORMAL

Educação Patrimonial com as Comunidades Envolvidas

Oficina Cultural I

Encontro com a comunidade e as suas associações para estimular a reflexão sobre o que é Patrimônio Cultural através de palestras, atividades em grupo, entrevistas e histórias de vida (módulo de 4hs).

Oficina Cultural II

Instalação de um mostra itinerante com os materiais coletados e produzidos pelos participantes da primeira oficina. A mostra será exibida nas escolas consideradas para o Curso de Educação Patrimonial para professores (02 módulos de 4hs).

As Oficinas serão ministradas para as Comunidades, ao longo da AID, agrupando-a por setores a serem definidos após a pesquisa sobre Patrimônio Histórico Cultural.

Parcerias: IPHAN, IBRAM, INEPAC, Secretarias de Educação, Secretaria de Turismo / Cultura e as Secretarias municipais responsáveis para o Patrimônio Histórico – Cultural dos respectivos municípios, Associações de Moradores.

Educação Patrimonial Para os Trabalhadores

Palestras a serem desenvolvidas por segmentos:

- Trabalhadores não especializados com escolaridade mínima exigida
- Trabalhadores Técnicos
- Trabalhadores com curso superior

As palestras deverão ter a frequência semestral ao longo do primeiro ano, a partir da implementação dos canteiros de obras, com a possibilidade de serem repetidas no ano sucessivo, em função das mudanças das equipes.

Parcerias: IPHAN, IBRAM, INEPAC, Secretarias de Educação, Secretaria de Turismo / Cultura e as Secretarias municipais responsáveis para o Patrimônio Histórico – Cultural dos respectivos municípios, Associações e Entidades de Classe dos Trabalhadores.

Educação Patrimonial para os Usuários Da Rodovia

Produção de 04 placas informativas nas proximidades dos seguintes pontos:

- Sítios históricos
- Sítios arqueológicos
- Monumentos históricos tombados
- Manifestações culturais relevantes

As placas deverão conter os seguintes dizeres:

- Ex. Hotel Quitandinha
- Conjunto arquitetônico (data)
- Tombamento INEPAC
- Horário de visitação

Produção de matérias (seis /ano) informativas sobre a existência de Patrimônio Histórico – Cultural ao longo da rodovia a serem distribuídos nos pedágios de Xerém, Areal e Juiz de Fora.

Parcerias: Parcerias: IPHAN, IBRAM, INEPAC, Secretarias de Educação, Secretaria de Turismo / Cultura e as Secretarias municipais responsáveis para o Patrimônio Histórico – Cultural dos respectivos municípios.

PROJETO BASICO PARA A INSTALAÇÃO DE UMA “CASA DA MEMORIA” NO BELVEDERE

O projeto básico deverá ser elaborado após a definição sobre a transformação da antiga subida em Estrada Parque. Para a execução deste trabalho deverão ser contratados um museólogo e um arquiteto especializado.

3.2.5. Público Alvo

O público alvo a ser atingido pela execução deste programa é composto pela comunidade local, pelas escolas, alunos, professores, usuários da estrada e pelos trabalhadores envolvidos na obra.

3.2.6. Cronograma e Ações

As ações a serem desenvolvidas no Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, em cada um dos anos, são:

Primeiro ano de atividades

1º trimestre:

- Levantar os sítios e monumentos históricos tombados presentes na AID e AII.
- Levantar o patrimônio material ainda não tombado que tenha alguma relevância para as comunidades locais.
- Levantar o patrimônio imaterial existente na AID.
- Geo-referenciar os dados obtidos na pesquisa inicial itens 1, 2 e 3.
- Encontros com as Secretarias de Educação de Educação dos Municípios de Petrópolis e Duque de Caxias para apresentação do projeto e definição de parcerias (IPHAN, INEPAC, Secretarias de Turismo e Cultura etc).
- Encontros com as lideranças comunitárias, dos Municípios de Petrópolis e Duque de Caxias para apresentação do projeto e definição de parcerias (IPHAN, INEPAC, Secretarias de Turismo e Cultura etc).

2º trimestre:

- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Duque de Caxias na AID.
- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Petrópolis na AID.
- Formação de Jovens das escolas públicas das comunidades atingidas diretamente pelas obras da subida da Serra.
- Pesquisa da História e das referências culturais e identitárias das comunidades atingidas diretamente - Santo Antônio, Barreiro, Aviário, Carreteiro, Aviário, Leal e Santa Rosa.
- Educação Patrimonial para os trabalhadores da obra.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

- Educação Patrimonial com as comunidades de Duque de Caxias envolvidas- Oficina I.

3º trimestre:

- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Duque de Caxias na AID.
- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Petrópolis na AID.
- Educação Patrimonial com as comunidades de Petrópolis envolvidas- Oficina I.
- Educação Patrimonial com as comunidades de Petrópolis envolvidas- Oficina II.
- Formação de Jovens das escolas públicas das comunidades atingidas diretamente pelas obras da subida da Serra.
- Pesquisa da História e das referências culturais e identitárias das comunidades atingidas diretamente - Santo Antônio, Barreiro, Aviário, Carreteiro, Aviário, Leal e Santa Rosa.
- Educação Patrimonial com as comunidades de Duque de Caxias envolvidas- Oficina II.
- Educação Patrimonial para os trabalhadores da obra.

4º trimestre:

- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Duque de Caxias na AID.
- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Petrópolis na AID.
- Formação de Jovens das escolas públicas das comunidades atingidas diretamente pelas obras da subida da Serra.
- Pesquisa da História e das referências culturais e identitárias das comunidades atingidas diretamente - Santo Antônio, Barreiro, Aviário, Carreteiro, Aviário, Leal e Santa Rosa.

Segundo ano de atividades

1º trimestre:

- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Duque de Caxias na AID.
- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Petrópolis na AID.
- Formação de Jovens das escolas públicas das comunidades atingidas diretamente pelas obras da subida da Serra.
- Educação Patrimonial para os trabalhadores da obra.

2º trimestre

- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Duque de Caxias na AID.
- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Petrópolis na AID.
- Formação de Jovens das escolas públicas das comunidades atingidas diretamente pelas obras da subida da Serra.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

3º trimestre

- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Duque de Caxias na AID.
- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Petrópolis na AID.
- Formação de Jovens das escolas públicas das comunidades atingidas diretamente pelas obras da subida da Serra.
- Educação Patrimonial para os trabalhadores da obra.

4º trimestre

- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Duque de Caxias na AID.
- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Petrópolis na AID.
- Formação de Jovens das escolas públicas das comunidades atingidas diretamente pelas obras da subida da Serra.

Terceiro ano de atividades

1º trimestre

- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Duque de Caxias na AID.
- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Petrópolis na AID.
- Formação de Jovens das escolas públicas das comunidades atingidas diretamente pelas obras da subida da Serra.

2º trimestre

- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Duque de Caxias na AID.
- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Petrópolis na AID.
- Formação de Jovens das escolas públicas das comunidades atingidas diretamente pelas obras da subida da Serra.

3º trimestre

- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Duque de Caxias na AID.
- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Petrópolis na AID.
- Formação de Jovens das escolas públicas das comunidades atingidas diretamente pelas obras da subida da Serra.

4º trimestre

- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Duque de Caxias na AID.
- Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Petrópolis na AID.
- Formação de Jovens das escolas públicas das comunidades atingidas diretamente pelas obras da subida da Serra.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Quarto ano de atividades

1º trimestre

- Educação patrimonial para os usuários da rodovia BR 040.

2º trimestre

- Educação patrimonial para os usuários da rodovia BR 040.

3º trimestre

- Educação patrimonial para os usuários da rodovia BR 040.
- Projeto básico Casa da Memória.

4º trimestre

- Educação patrimonial para os usuários da rodovia BR 040.

O Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural está previsto para durar 61 meses, de acordo com o cronograma de atividades apresentado a seguir:

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA - BR 040 CRONOGRAMA FÍSICO DA FASE 1 - PRÉ INSTALAÇÃO			
PROGRAMA DE PRES DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL - ANO	MESES		
Atividades	1	2	3
Levantar os sítios e monumentos históricos tombados presentes na AID e All			
Levantar o patrimônio material ainda não tombado que tenha alguma relevância para as comunidades locais.			
Levantar o patrimônio imaterial existente na AID			
Geo-referenciar os dados obtidos na pesquisa inicial itens 1, 2 e 3.			
Levantar a quantidade de escolas municipais na AID que fazem parte dos municípios de Petrópolis e Duque de Caxias			
Encontros com as Secretarias de Educação de Educação dos Municípios de Petrópolis e Duque de Caxias para apresentação do projeto e definição de parcerias (IPHAN, INEPAC, Secretarias de Turismo e Cultura etc.)			
Encontros com as lideranças comunitárias, dos Municípios de Petrópolis e Duque de Caxias para apresentação do projeto e definição de parcerias (IPHAN, INEPAC, Secretarias de Turismo e Cultura etc.)			
Relatório Conclusão Fase 1			

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA - BR 040 CRONOGRAMA FÍSICO DA FASE 2 - INSTALAÇÃO												
PROGRAMA DE PRES DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL - ANO	MESES											
Atividades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Duque de Caxias na AID e atividades Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias –CRPH/DC												
Educação Patrimonial com as comunidades de Petrópolis envolvidas- Oficina I												
Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Petrópolis na AID												
Educação Patrimonial com as comunidades de Petrópolis envolvidas- Oficina II												
Educação Patrimonial para os trabalhadores da obra												
Educação Patrimonial com as comunidades de Duque de Caxias envolvidas- Oficina I												
Educação Patrimonial com as comunidades de Duque de Caxias envolvidas- Oficina II												
Relatório Semestral												

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA - BR 040 CRONOGRAMA FÍSICO DA FASE 2 - INSTALAÇÃO												
PROGRAMA DE PRES DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL - ANO	MESES											
Atividades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Duque de Caxias na AID e atividades Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias –CRPH/DC	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Educação Patrimonial com as comunidades de Petrópolis envolvidas- Oficina I				█								
Curso de Educação patrimonial para Professores- Escolas de Petrópolis na AID	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Educação Patrimonial para os trabalhadores da obra		█						█				
Relatório Semestral			█						█			

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA - BR 040 CRONOGRAMA FÍSICO DA FASE 2 - INSTALAÇÃO												
PROGRAMA DE PRES DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL - ANO	Instalação (ANO 3)											
Atividades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
Educação Patrimonial para os trabalhadores da obra	█					█						
Relatório Semestral PCS				█								
Relatório Conclusão Fase 2									█	█		

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA - BR 040 CRONOGRAMA FÍSICO DA FASE 3 - PÓS-INSTALAÇÃO												
PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ANO 1	MESES											
Atividades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Educação patrimonial para os usuários da rodovia BR 040	█	█	█									
Projeto básico Casa da Memória	█	█	█									
Relatório Semestral						█						█

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA - BR 040 CRONOGRAMA FÍSICO DA FASE 3 - PÓS-INSTALAÇÃO												
PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ANO 2	MESES											
Atividades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Educação patrimonial para os usuários da rodovia BR 040	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Relatório Semestral						█						
Relatório Conclusão Fase 2											█	█

3.2.7. Resultados Esperados

Os resultados esperados com a implementação do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, são os seguintes:

- Levantamento, na AID, dos bens culturais (patrimônio material e imaterial) e do número de alunos e professores das escolas municipais envolvidas.
- Capacitação dos professores do ensino fundamental da rede municipal, para atuarem como multiplicadores, nas respectivas unidades escolares, das praticas pedagógicas voltadas para a educação patrimonial.
- Contribuição para o processo de democratização do conhecimento, reconhecimento e apropriação do patrimônio cultural material e imaterial pelas comunidades locais através de um programa de Educação Patrimonial.
- Conscientização dos trabalhadores envolvidos na obra, na sua fase de instalação e execução, sobre a importância da conservação e preservação do patrimônio Histórico – Cultural.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

- Criação de um canal de informação para os usuários da rodovia a respeito do Patrimônio Histórico e Cultural existente nas AID e AII.
- Formulação de uma proposta conceitual para a instalação de uma Casa da Memória da antiga rodovia nas instalações do Belvedere atualmente desativado.

3.2.8. Equipe Executora

Visando o bom desenvolvimento das atividades indicadas neste programa, a seguinte equipe de execução é proposta:

Nome	Função	Formação	Titulação
Membro 1	Coordenador	Pedagogia	Graduado/Mestre
Membro 2	Gerente de área	Pedagogia	Graduação
Membro 3	Gerente de área	Humanas	Graduação
Membro 4	Gerente de área	Humanas	Graduação
Membro 5	Estagiário	Pedagogia	Graduando
Membro 6	Estagiário	Humanas	Graduando

3.2.9. Referências Bibliográficas

Barreto, E. A. et. al. 2008. *Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados*. Goiana

Céu-Aberto/CONCERT. 2010. *Estudo de Impacto Ambiental da Nova Subida da Serra*. Rio de Janeiro.

Guimarães, S. T. L. 2007. *Paisagens: aprendizados mediante as experiências - um ensaio sobre interpretação e valoração da paisagem*. Tese (livre docência). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. 167 f. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

Grunberg, E. 2007. *Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial*. Brasília, DF: IPHAN. Disponível em: <http://educacaopatrimonial.wordpress.com/2010/08/10/publicacoes-disponiveis-para-consulta-em-pdf/>

Horta, M.L.P.; Graunberg, E.; Monteiro, A.Q. 2006. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial.

INEPAC. 2010. *Guia de bens tombados*. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br> Acesso em: 20 de outubro de 2010.

Le Goff, J. 2003. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp.

Ministério da Educação. 2010. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php> . Acesso em: 30 outubro de 2010.



PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Ministério do Meio Ambiente. 2010. *Resolução CONAMA 01/86*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso em 30 outubro de 2010

Oriá, R. 2002. *Memória e ensino da História*. In BITTENCOURT, Circe (Org.) 7 ed. O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto.

3.3. PROGRAMA DE PROSPECÇÃO E RESGATE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PRÉ-HISTÓRICO E HISTÓRICO-CULTURAL

3.3.1. Introdução

Segundo o Diagnóstico do potencial do patrimônio Arqueológico Pré-Histórico e Histórico/Cultural (Tenório, 2010) a área de influencia direta - AID do Empreendimento Nova Subida da Serra – BR- 040 apresenta dois níveis de potencial arqueológico: *potencial médio*, no traçado atual, e *bastante elevado* no vale do Aviário. No primeiro, podem ser encontrados vestígios de antigos caminhos, cujo estudo poderá contribuir para o conhecimento do ciclo do ouro, do surgimento das cidades e do costumes da época. Já no Vale do Aviário são encontrados indícios sobre a existência de antigas construções de grande potencial de articulação com a historiografia conhecida.

Para que o patrimônio arqueológico presente na AID não sofra impacto em decorrência das obras e pelo aumento populacional promovido, a curto prazo, pela demanda de pessoal e a médio, pela melhora da estrada, torna-se necessária a implantação de um programa de prospecção e resgate arqueológico que, contemple prospecções de subsolo sistematizadas, educação patrimonial e monitoramento através de acompanhamento arqueológico das ações do empreendimento que envolvam retirada de vegetação e trabalhos de terraplanagem.

O desenvolvimento de um programa de prospecção e resgate arqueológico permitirá a localização dos sítios arqueológicos existentes na área e que sejam definidas as medidas mitigadoras para a preservação deste patrimônio.

Caso sejam detectados sítios arqueológicos na área, um novo projeto que contemple a preservação e o salvamento das jazidas deverá ser implementado para a obtenção da licença de operação.

3.3.2. Objetivos

- Localizar os sítios arqueológicos existentes nas áreas a serem afetadas pelo empreendimento para que não sejam destruídos;
- Identificar a extensão, profundidade, diversidade cultural e o estado de preservação dos depósitos;
- Definir os sítios ameaçados pelo empreendimento, estabelecer estratégias de salvamento e de proteção.

3.3.3. Metas e Indicadores

Com os resultados deste programa, será elaborado um Programa de Resgate e Salvamento Arqueológico fundamentado em critérios precisos de significância científica. Este programa deverá justificar, entre os sítios arqueológicos ameaçados, a seleção dos que serão objeto de estudo em detalhe, em detrimento de outros. Do mesmo modo, este programa deverá definir a

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

metodologia a ser empregada nos estudos e sugerir atitudes para a preservação dos sítios que não serão alvo de pesquisa.

Serão utilizados os seguintes indicadores como forma de medir a implementação e a eficácia das ações:

- Vestígios de antigos caminhos de tropa;
- Informações sobre antigas construções de grande potencial de articulação com a historiografia conhecida.

3.3.4. Metodologia

O levantamento compreenderá prospecções de solo e subsolo, monitoramento das obras e um constante trabalho de educação patrimonial com a comunidade.

As prospecções serão balizadas pelos princípios teóricos propostos pela arqueologia americana (Chartkoff, 1978; Dunnell & Dancey 1983; House, 1977; Kintigh, 1988; Krakker, Shott & Welch 1983; Lightfoot, 1986; McManamon, 1984; Mueller, 1974; Nance, 1983; Nance & Ball, 1986; Plog, Steven, Fred Plog & W. Wait, 1978; Redman, 1987; Schiffer, Sullivan & Klinger, 1978; Stein, 1986; Wobst, 1983), por experiências desenvolvidas por equipes brasileiras (Caldarelli, 2008) e pelas normas propostas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN (Bastos, 2008).

Percorrimento

Todas as áreas destacadas no Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico pelo seu potencial arqueológico, indicadas no quadro 3.3.1, serão percorridas a pé para que seja possível a observação detalhada do solo. Nas áreas de pastos serão aproveitadas as trilhas feitas pelo gado, nas que apresentam baixa visibilidade do solo devido à presença de mata fechada serão abertas picadas. Áreas inacessíveis serão retomadas em outro momento quando forem preparadas para a execução das obras.

Quadro 3.3.1 – Informação dos locais a serem prospectados

Áreas	Quilômetro da rodovia
Vale do Aviário (6 km de extensão)	Km 97. Xerém.
Estrada de subida da BR040	Km 91,92,93,97
Estrada de subida - caminho da Cachoeira encontrado no bairro Santa Rosa	
Estrada de descida - trilha que liga o quarteirão Wormer ao Vale do Aviário	Km 92
Áreas de botafora	Duas áreas no Belvedere..
Canteiro de obras	Área da CEDAE localizada em Xerém

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Prospecções de subsolo: tipos de sondagens

Além do percorrimto a pé das áreas com potencial arqueológico, serão realizadas e prospecções de subsolo através da abertura de sondagens com trados ou com cavadeiras boca-de-lobo e abertura e/ou limpeza de perfis.

As sondagens irão contemplar compartimentos geológicos diferenciados. E sua profundidade estará relacionada ao comportamento geológico local. Além da verificação da existência de material arqueológico em sub-superfície, este tipo de intervenção permitirá controlar o perfil estratigráfico da área prospectada e com esse conhecimento, intensificar o levantamento nos locais que apresentam ou já apresentaram fatores atrativos para a ocupação humana.

Todas as intervenções serão plotadas em cartas relacionadas ao empreendimento e detalhadas em fichas elaboradas especialmente para o levantamento. Nos casos que se verifique a presença de indícios arqueológicos, serão abertas trincheiras de 1 m².

Onde for possível e nos locais muito abruptos, as sondagens serão substituídas pela limpeza de perfiz já expostos.

Identificação e caracterização dos sítios encontrados

Quando localizados sítios arqueológicos já cadastrados, será realizado um número de intervenções apenas o suficiente para delimitá-los para que possam ser procuradas soluções para sua preservação. Apenas no caso de sítios ainda não conhecidos é que as sondagens serão aprofundadas até atingir o limite da camada arqueológica para verificação de sua profundidade, espessura e estratigrafia. A delimitação da jazida será feita com a abertura de sondagens, com intervalos variáveis de 5 ou 10 m, em forma radial.

Especial atenção será dada na distinção entre ocorrência arqueológica e sítios, para que assim possa ser definida a importância do vestígio para seu salvamento. A descrição dos sítios será feita a partir do preenchimento da ficha de cadastro fornecida pelo IPHAN.

Coleta de material

A coleta de material será feita com a preocupação de não produzir alterações nos sítios e nem prejudicar pesquisas sistemáticas futuras. Será reduzida ao mínimo necessário para a caracterização dos assentamentos, será feita apenas nos pontos em que foram realizadas sondagens, todos os itens coletados serão mapeados, para sua contextualização no sítio.

O material coletado será acondicionado em embalagens plásticas, acompanhadas por etiqueta confeccionada com informações sobre o nome do projeto, linha e profundidade da sondagem, coordenadas UTM, data, número de coleta e nome do pesquisador.

Documentação

Toda prospecção será mapeada, com auxílio de GPS, referenciada em relação às marcas do próprio empreendimento, documentada em fotos digitais, registrada em cadernetas de campo

e em fichas elaboradas para este fim. Os sítios encontrados serão caracterizados tendo por base a ficha de cadastramento de sítios do IPHAN.

3.3.5. Público Alvo

- Trabalhadores/pessoal envolvido na obra;
- População local.

3.3.6. Ações e Cronograma

Todo o levantamento poderá ser feito em um semestre, enquanto o monitoramento será desenvolvido durante todo o andamento das obras, a medida que novas áreas forem sofrendo intervenções de acordo com o planejamento da obra na sua fase de instalação. O detalhamento das ações por etapas é descrito a seguir.

1º etapa – autorização IPHAN

Constituída pela elaboração e apresentação ao IPHAN de um projeto de pesquisa, baseado no diagnóstico do patrimônio arqueológico e no presente programa. Este deverá apresentar um quadro de referência da ocupação da área de influência do empreendimento e definir a melhor estratégia para a preservação e/ou resgate do patrimônio arqueológico a ser impactado pelo empreendimento. Deve definir ainda os agentes executores, financiadores e responsáveis pela guarda do material arqueológico que venha a ser resgatado.

Essa etapa inclui também todos os trâmites burocráticos para obtenção de autorização de pesquisa junto ao Instituto do Patrimônio Artístico Histórico Nacional (IPHAN) e a elaboração de convênio com a instituição de pesquisa que será responsável pela guarda do material resgatado.

2º etapa - planejamento

Essa etapa é constituída das atividades de planejamento, contratação de equipe e organização da infraestrutura do trabalho de campo e adequação dos trabalhos ao cronograma da contratante.

3º etapa - prospecção arqueológica

A terceira etapa é composta pela investigação sistemática do solo e subsolo, visa localizar novos sítios arqueológicos, avaliar o impacto e o estado de conservação dos sítios já identificados ou cadastrados no IPHAN e traçar estratégias para o salvamento das jazidas a mercê de destruição e definir as que apresentam significativo potencial informativo para a ciência nacional e que devem ser pesquisadas através de trabalho de salvamento.

Detalhamento das atividades segundo a área a ser levantada:

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

1. Vale do Aviário

- Visita a sítios localizados no desenvolvimento do Projeto SAGAS II - Salvamento arqueológico no Ramal Duque de Caxias entre Xerém-Petrópolis. (IAB 2008).
- Percorrimento da área com abertura de uma linha com sondagens com espaçamento de 100 metros próximo a beira do rio. Total 60 sondagens.

2. Kms 91,92,93, 97, da estrada de subida da BR 040;

- Percorrimento da área com abertura de uma linha com sondagens com espaçamento de 100 metros a 30 metros de cada lado da estrada. Total 60 sondagens.

3. Caminho que desce do quarteirão Wormer, km 92 da estrada do contorno, até o Vale do Aviário;

- Percorrimento da trilha com abertura de sondagens em locais de maior potencial arqueológico. Total 50 sondagens.

4. Caminho da Cachoeira encontrado no bairro Santa Rosa.

- Percorrimento da trilha com abertura de sondagens em locais de maior potencial arqueológico. Total 50 sondagens.

5. Áreas de bota fora;

- As duas áreas das Usinas a serem criadas no Belvedere. Total 200 sondagens.

6. Canteiro de obras.

Área estimada entre 100000 (10 ha) e 200000m² (20 ha). Total 200 sondagens.

4º etapa – estudo dos materiais recuperados em laboratório

Realização de limpeza, análise e curadoria dos materiais recuperados em campo. Análise do material para caracterização dos sítios arqueológicos encontrados na AID para definição de estratégias de preservação e salvamento.

5º etapa – elaboração de relatório final

Essa etapa tem por objetivo oferecer subsídios para a elaboração de um programa de salvamento caso sejam encontrados sítios arqueológicos nas prospecções.

O relatório deverá detalhar as áreas levantadas, tanto as com e como as sem informação sobre sítios, visto que a informação negativa também é importante para o conhecimento sobre a arqueologia nacional.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Os vestígios encontrados deverão ser bem caracterizados para que sejam traçadas as estratégias de salvamento e preservação e definidos os sítios que serão alvo de pesquisa.

Educação patrimonial

Esta ação tem por informar a população sobre a existência do patrimônio histórico arqueológico, treinar pessoal envolvido na obra para percepção de vestígios e obter novas informações no decorrer dos trabalhos. Atividades a serem desenvolvidas:

- Elaboração de um *folder* e de uma coleção de peças arqueológicas sem referencia. O *folder* será distribuído e a coleção será mostrada para população local.
- Palestras: realização de três palestras, uma no canteiro de obras e duas em locais públicos, com apresentação de imagens dos vestígios arqueológicos. Em função do extenso prazo de duração das obras, estas atividades serão realizadas todos os anos para reforço das informações.

Monitoramento

A partir do diagnóstico elaborado para o EIA foi constatada a necessidade de monitoramento em toda extensão do empreendimento, durante todo tempo de desenvolvimento da obra e em todas as frentes trabalho.

Esta atividade se constitui de acompanhamento arqueológico das ações do empreendimento, que envolva supressão de vegetação e trabalhos de terraplanagem. Deve ser iniciada no momento da retirada da vegetação e durar todo tempo relacionado aos trabalhos de terraplanagem.

Em cada frente de trabalho para a implantação do empreendimento deve constar uma equipe constituída por dois arqueólogos e dois operários, as quais serão supervisionadas pelo coordenador do Programa.

Um período de 30 dias deverá ser definido para análise em laboratório e de 15 para a elaboração de relatório final onde serão definidas as medidas mitigadoras caso sejam encontrados sítios arqueológicos.

O Programa está previsto para durar 37 meses, de acordo com o cronograma de atividades apresentado a seguir.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA - BR 040			
CRONOGRAMA FÍSICO DA FASE 1 - PRÉ INSTALAÇÃO			
PROGRAMA DE PROSP E RESGATE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO - ANO 1	MESES		
Atividades	1	2	3
Elaboração projeto e protocolo IPHAN.			
Preparo equipe de campo			
Prospecções arqueológicas			
Relatório Conclusão Fase 1			

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA - BR 040 CRONOGRAMA FÍSICO DA FASE 2 - INSTALAÇÃO												
PROGRAMA DE PROSP E RESGATE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO - ANO 1	MESES											
Atividades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Prospecções arqueológicas												
Análise do material coletado nas prospecções												
Educação patrimonial												
Monitoramento das novas áreas de intervenção na obra												
Análise do material coletado no monitoramento												
Relatório semestral do Programa												

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA - BR 040 CRONOGRAMA FÍSICO DA FASE 2 - INSTALAÇÃO												
PROGRAMA DE PROSP E RESGATE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO - ANO 2	MESES											
Atividades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Educação patrimonial												
Monitoramento das novas áreas de intervenção na obra												
Análise do material coletado no monitoramento												
Relatório semestral do Programa												

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA - BR 040 CRONOGRAMA FÍSICO DA FASE 2 - INSTALAÇÃO												
PROGRAMA DE PROSP E RESGATE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO - ANO 3	MESES											
Atividades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
Educação patrimonial												
Monitoramento das novas áreas de intervenção na obra												
Análise do material coletado no monitoramento												
Relatório semestral do Programa												
Relatório Final												

3.3.7. Resultados Esperados

Os resultados esperados com a implementação do Programa de Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico Pré-Histórico e Histórico-Cultural, são os seguintes:

- Localização/preservação dos sítios arqueológicos existentes nas áreas a serem afetadas pelo empreendimento;
- Identificação da extensão, profundidade, diversidade cultural e o estado de preservação dos depósitos;
- Definição dos sítios ameaçados pelo empreendimento;
- Estabelecimento de estratégias de salvamento e de proteção.

3.3.8. Equipe Executora

Visando o bom desenvolvimento das atividades indicadas neste programa, a seguinte equipe de execução é proposta:

Nome	Função	Formação	Titulação
Membro 1	Coordenador	Arqueologia	Doutor
Membro 2	Pesquisador	Arqueologia	Mestre

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Nome	Função	Formação	Titulação
Membro 3	Pesquisador	Arqueologia	Especialização
Membro 4	Técnico	Arqueologia	Bacharel
Membro 5	Estagiário	Arqueologia	Graduando

3.3.9. Referências Bibliográficas

Bastos,R.L. 2008. *Normas e gerenciamento arqueológico*. Rossano Bastos Lopes, Adriana Teixeira. Organização Marise Campos de Souza- 2 ed.-São Paulo. 9ª SR/IPHAN. 256 p.

Céu-Aberto. 2010. *Diagnostico Ambiental do empreendimento Nova subida da Serra do mar – Br-040*

Caldarelli, S. B. 2008. (coord). *Arqueologia preventiva nas áreas de intervenção da FCA Litorânea Sul*. Relatório das prospecções arqueológicas. Scientia Consultoria Científica. Relatório.

Chartkoff, J. L. 1978. *Transect Interval Sampling in Forests*. American Antiquity 43:46-53.

Dunnell, R.; Dancey, W. 1983. *The Siteless Survey: A Regional Scale Data Collection Strategy*. In Advances in Archaeological Method and Theory, Volume 6, edited by M. B. Schiffer, pp. 267-287. Academic Press, NY.

House, J. H.1977. *Survey Data and Regional Models in Historical Archaeology*. In Research Strategies in Historical Archaeology, edited by Stanley South. Academic Press, NY.

IAB. 2008. *Projeto SAGAS II - Salvamento arqueológico no Ramal Duque de Caxias entre Xerém-Petrópolis*

Kintigh, K.W. 1988. *The Effectiveness of Subsurface Testing: A Simulation Approach*. American Antiquity 53:686-707.

Kraker, J. J.; Shott, M. J.; Welch, P. D. 1983. *Design and Evaluation of Shovel Test Sampling in Regional Archaeological Survey*. Journal of Field Archaeology 10:469-480.

Lightfoot, K.G. 1986. *Regional Surveys in the Eastern United States: The Strengths and Weaknesses of Implementing Subsurface Testing Programs*. American Antiquity 51:484-504.

McManamon, F.P. 1984. *Discovering Sites Unseen*. In Advances in Archaeological Method and Theory, Volume 7, edited by M. B. Schiffer, pp. 223-292. Academic Press, NY.

Mueller, J.W. 1974. *The Use of Sampling in Archaeological Survey*. Society for American Archeology, Memoir 28. 1975 Sampling in Archaeology. University of Arizona Press, Tucson.

Nance, J.D. 1983. *Regional Sampling and Archaeological Survey: The Statistical Perspective*. In Advances in Archaeological Method and Theory, Volume 6, edited by M. B. Schiffer, pp. 289-356. Academic Press, NY.

Nance, J.D.; Ball, B. F. 1986. *No Surprises? The Reliability and Variability of Test Pit Sampling*. American Antiquity 51:457-483.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Plog, S.; Plog, F.; Wait, W. 1978. *Decision Making in Modern Surveys*. In *Advances in Archaeological Method and Theory*, Volume 1, edited by M. B. Schiffer, pp. 383-421. Academic Press, NY.

Redman, C.L. 1987. *Surface Collection, Sampling, and Research Design: A Retrospective*. *American Antiquity* 52:249-265.

Schiffer, M.B.; Sullivan, A.P.; Klinger, T. C. 1978. *The Design of Archaeological Surveys*. *World Archaeology* 10:1-28.

Stein, J.K. 1986. *Coring Archaeological Sites*. *American Antiquity* 51:505-527.

Wobst, H. M. 1983. *We Can't See the Forests for the Trees: Sampling and the Shapes of Archaeological Distributions*. In *Archaeological Hammers and Theories*, edited by J. A. Moore and A. S. Keene, pp. 37-85. Academic Press, NY.



PLANO BÁSICO AMBIENTAL NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS

Fim do Volume 2 do PBA NSS